

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

RAQUEL DOS SANTOS PEREIRA

# BEBÊS NA UNIVERSIDADE E NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Fonte: <<http://coral.ufsm.br/arco/sitenovo/?p=4431>>



CAMPINAS  
2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

RAQUEL DOS SANTOS PEREIRA

Bebês na universidade e na produção acadêmica.

Monografia apresentada à  
Faculdade de Educação da  
UNICAMP, para obtenção  
do título de licenciatura em  
Pedagogia, sob a orientação  
da Profa. Dra. Gabriela  
Guarnieri de Campos Tebet

CAMPINAS

2018

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s):** Não se aplica.

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca da Faculdade de Educação  
Pablo Cristian de Souza - CRB 8/8198

P4141b Pereira, Raquel dos Santos, 1996-  
Bebês na universidade e na produção acadêmica / Raquel dos Santos Pereira.  
– Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Gabriela Guarnieri de Campos Tebet.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de  
Campinas, Faculdade de Educação.

1. crianças. 2. crianças e Universidade. 3. Universidade. 4. Bebês na produção  
acadêmica. 5. pesquisa. I. Tebet, Gabriela Guarnieri de Campos. II. Universidade  
Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações adicionais, complementares

**Titulação:** Licenciatura em Pedagogia

**Data de entrega do trabalho definitivo:** 15-01-2019

*Em memória de Marielle Franco*



## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar as mulheres, que constituem minha vida, me são fontes de inspiração e que ajudaram direta ou indiretamente neste trabalho. Minha mãe, e por toda graduação esteve comigo, mesmo que distante, sempre presente. Minha Avó Tereza, todas minhas tias, Sueli, Márcia, Silvia, são também exemplos de mulheres guerreiras e batalhadoras, e marcam na minha história também um lugar especial da minha admiração.

Minha Amiga Heloisa Vilela, que acompanhou esse sonho desde o momento em que passei na universidade, vibrou comigo nas vitórias e estava do meu lado nas dificuldades, desde muito novinhas, ótima amiga e revisora

. As minhas amigas da Ilha do Sol, em todas suas formações e com agregadas, Tamara, Juliane, Bruna, Ana Carolina, Carol, Karina, Emily, Giovana, que muitas vezes foram parceiras, que poderiam muito bem apenas dividir comigo as contas e as tarefas da casa, mas constituem partes significativas da minha história de vida. As amigas da graduação, Amanda, Liz, Nicole, Julia Tiemi, Luiza, minha eterna gratidão e admiração, minhas fontes de luz e energia para escrever esse trabalho, não só por as mulheres que são, mas pela força que temos quando estamos juntas.

A orientadora Gabriela, a Gabi como costumamos chamar, muita admiração e gratidão por esse tempo trabalhando juntas, muitas contribuições acadêmicas, encontros no corredor de surpresa, e ajudas mútuas, assim como doces dos congressos que ela vai maravilhosos. E também a turma do peão 2018 da DEDIC, Guilherme, Vitória B, Vitória J, Julia, Luiz Miguel, Valentina, Bruno, Joaquim e Maria Fernanda, muito do que aprendi foi com eles, assim como as professoras parceiras Elisangela, Tati e Adriana.

Também agradeço meu carinhoso Pai Gilberto, meus irmãos, Ricardo, Rogério e Raphael, pelo apoio e incentivo que sempre existiu para que eu seguisse meus sonhos. Agradeço também Gabriel Paulo, não só por me ouvir e me tranquilizar, mas por me emprestar energia quando acabou a da minha casa. E meus amigos e minhas amigas, da República RePistola com seus agregados e agregadas, por todo apoio, risadas e comidas maravilhosa

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                           |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                                    | <b>5</b>  |
| <b>1. MULHERES E UNIVERSIDADE... BEBÊS E UNIVERSIDADE?.....</b>                                                                           | <b>16</b> |
| <b>2. BEBÊS FILHOS DE MÃES/PAIS UNIVERSITÁRIOS: O QUE A PRODUÇÃO<br/>CIENTÍFICA DIZ A RESPEITO?.....</b>                                  | <b>34</b> |
| <b>3. UM PROJETO DE PESQUISA QUE SE DEDICA A PENSAR O IMPACTO DOS<br/>BEBÊS NA VIDA DE SUAS MÃES E PAIS, DOCENTES UNIVERSITÁRIOS.....</b> | <b>49</b> |
| 3.1. O PROJETO “PARENT IN SCIENCE” E O SIMPÓSIO BRASILEIRO DE<br>MATERNIDADE E CIÊNCIA.....                                               | 49        |
| 3.2 CANDIDATAS A CIÊNCIA E OS BEBÊS: CONTRIBUIÇÕES DA TESE DE<br>SILVANA BITENCOURT PARA PENSAR OS BEBÊS NA UNIVERSIDADE.....             | 61        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                          | <b>67</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                                                                                                    | <b>72</b> |

## INTRODUÇÃO



Professora com bebê de alunos em universidade em fortaleza disponível em<<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/cotidiano-2/professora-segura-bebe-de-alunos-durante-prova-em-faculdade-de-fortaleza/>>

Esta pesquisa pretende discutir o lugar dos bebês na produção acadêmica. Começamos apresentando algumas das principais produções sobre o tema em contexto internacional e nacional e um panorama do contexto universitário brasileiro. Em seguida evidenciamos os objetivos e metodologias, para apresentar e discutir os dados obtidos.

Seguindo na perspectiva de discutir o lugar dos bebês na produção acadêmica, buscamos com este estudo realizar uma pesquisa bibliográfica, assim como imagética, com o acervo de vídeos presente no youtube referentes ao I Simpósio de Maternidade e Ciência.

Alma Gottlieb, Louise Holt e Gabriela Tebet, em parceria com Anete Abramowicz, são pesquisadoras de campos e países distintos que têm um elemento em comum entre suas bibliografias. Louise Holt, no campo da geografia, e Alma

Gottlieb, no campo da antropologia, abordam a mesma problemática em seus respectivos artigos (HOLT, 2012; GOTTLIEB, 2009): a falta de estudos sobre bebês em suas áreas de pesquisa, assim como em outras áreas tangentes às suas.

Gabriela Tebet e Anete Abramowicz, na interface entre Educação e Sociologia, também apontam para a necessidade de criação de um lugar específico para o estudo de bebês nas ciências sociais e humanas, que não se restrinja ao estudo de sua saúde e desenvolvimento, mas que os olhe como parte da sociedade (TEBET e ABRAMOWICZ, 2014, 2016, 2018).

A pouca produção acadêmica sobre bebês e suas relações com o mundo é destacada e problematizada por Gottlieb (2009), que enumera algumas razões do baixo interesse da antropologia por este assunto, como a ausência de verbalização, o perfil dos pesquisadores que diante da sua condição de juventude, não tendo em seu contexto convívio com bebês e da não memória sobre o período da vida em eles próprios foram bebês e a associação dos estudos de bebês aos estudos das mulheres, que também são negligenciados em outros momentos da história. Além disso, há uma perspectiva metodológica que precisa ser reestruturada e incluir outras linguagens, deslocando o enfoque da verbalização, tão valorizado na antropologia.

Holt, por sua vez, propõe uma geografia de bebês. Defende a necessidade de pesquisas que assumam os bebês e as crianças pequenas como agentes competentes. A partir de um diálogo com Lupton e Buttler, Holt (2014) afirma que *a vida do bebê parece ser uma vida precária*, mas que não tem sua interdependência física e material apenas na relação mãe e bebê, mas sim com diversos seres “humanos” e “não humanos”, como o pai, avós, família estendida, a comida que a criança se alimenta, visitantes de saúde, balanças, jardim, mar...

As autoras, mesmo em textos distintos e de áreas diferentes, apresentam algumas propostas de quais seriam as melhores saídas para construir um campo de estudo sobre os bebês e aquelas e aqueles que se relacionam com eles.

Holt busca em Lupton (2013) o conceito de interprodução do corpo infantil (*interembodiment*), como um ponto de *partida útil para explorar a intersubjetividade/ subjetividade interdependente/agência das crianças com seus cuidadores*.

Tebet e Abramowicz, buscaram na Sociologia da infância elementos para contribuir para o estudo de bebês. As autoras apontam para o fato de que os conceitos e metodologias da sociologia da infância possuem uma série de limitações

para o estudo de bebês e apontam para possíveis contribuições da filosofia e da geografia para o campo.

O diálogo com a geografia, a sociologia e a antropologia para o estudo de bebês é interessante na perspectiva em que ele representa uma proposta de leitura tendo como foco a relação deles com a sociedade, com o mundo (espaço e elementos materiais que o compõem) e com a cultura. A filosofia, por outro lado, também oferece subsídios importantes para o estudo de bebês e elementos para pensar os processos de constituição do sujeito na relação com as diversas forças que atravessam a sociedade, além os processos de singularização dos bebês frente a estas forças.

No campo da educação, os estudos que se voltam para os bebês na creche produzidos no Brasil são diversos. Muitos deles focam na rotina, na organização do espaço e no papel das educadoras. Há também pesquisas importante que olham para os bebês e suas relações cotidianas (vide por exemplo, COUTINHO, 2018; 2014; 2009, SCHMIDT, 2013, FOCHI, 2015 OLIVEIRA, 2015, TACHIKAWA, 2016).

Gottlieb(2009) faz um chamado a pesquisa na Antropologia, questionando os motivos da ausência dos bebês nas pesquisas da área e apontando a necessidade dos antropólogos e das antropólogas construírem novas relações com a linguagem no estudo dos bebês. A autora afirma que:

Os bebês demandam serem levados em conta, embora adultos não interpretem essa demanda de maneira acurada. Os antropólogos de bebês são como os pais, buscando aprender uma nova linguagem, que não só não possui um dicionário pronto ou uma gramática publicados como, sem dúvida, apresenta regras ocultas, isso se puderem ser descobertas – ou, como diriam alguns psicólogos do desenvolvimento, ser mutuamente criadas Lewis & Rosenblum (1974 apud Gottlieb, 2009, p8)

Na defesa da demanda de um estudo sobre bebês e compreendendo suas diversidades culturais, históricas, sociais, psicológicas, étnicas, de gênero, entre outras em que eles podem se construir, a Alma Gottlieb (2009) apresenta em seu texto alguns exemplos que contemplam essa diversidade de vivências de bebês, que têm interferência em suas corporeidades. Um dos exemplos apresentados pela autora é o da experiência dos bebês Baganda:

Ao prestar atenção em como os Baganda adultos, de Uganda, fazem os seus bebês de um a três meses de idade sentarem nos seus colos, e apoiam os de três a quatro meses no chão a fim de treiná-los a sentar-se

independentemente e sorrir, Kilbride e Kilbride (1975) demonstraram que os bebês Baganda saudáveis conseguem se sentar sozinhos, em geral, aos quatro meses de idade, bem mais cedo do que os bebês europeus e americanos oriundos de famílias de classe média usualmente conseguem fazê-lo (GOTTSLIEB, 2009, p12)

Outro elemento que também pode ser analisado por Gottlieb é o “dormir dos bebês”, condição que se dá de diversas formas nas diferentes culturas: na horizontal, vertical e “enroladinho” são alguns dos exemplos citados por ela.

Também nesta perspectiva dos estudos sobre bebês, Holt apresenta outro elemento de estudo e aponta a potencialidade de compreender como os estudos sócio-espaciais podem ter interferência em seus corpos. Um dos enfoques da autora é o estudo das práticas de aleitamento materno e da alimentação.

As autoras não apenas concordam na necessidade de ampliar os estudos sobre bebês em seus respectivos campos de estudos, mas também concordam com a perspectiva da potencialidade do mesmo, compreendendo-os como seres sociais e que têm influências na sociedade.

Além disso, as autoras também destacam a necessidade de compreender os bebês em seus diversos contextos, em espaços diversos, nas múltiplas configurações familiares, em diferentes classes sociais, nos inúmeros contextos históricos e etc.

Porém Gottlieb faz uma ressalva a respeito do cuidado metodológico necessário para o estudo dos bebês na antropologia. Para a autora é necessário que os bebês sejam estudados por si mesmos, e não fazer deste campo um estudo sobre o que os outros dizem sobre os bebês, não compreendendo os bebês como não dotados de subjetividade.

O texto de Gottlieb acaba também contribuindo para a compreensão da demanda do estudo de bebês na perspectiva de ajudar nos debates sociais e filosóficos sobre o papel da educação na formação da vida humana. Trazendo à tona, portanto, como o estudo antropológico desse tipo contribui na perspectiva de pensar a educação.

É nesse sentido que mobilizamos as autoras em questão para dialogar com essa pesquisa, que visa discutir o lugar dos bebês na produção acadêmica. Por se tratar de uma pesquisa de conclusão de curso, com prazo para conclusão limitado e dada a complexidade dos trâmites exigidos para a realização de pesquisas com seres humanos, não foi possível nesta pesquisa estudar os bebês por si mesmos,

como propõe Gottlieb, ainda que essa fosse nossa intenção original. O tempo que tínhamos, contudo, nos levou a buscar compreender o interesse da Universidade nos bebês, entendendo que isso poderia nos indicar caminhos promissores para pesquisas futuras mais específicas.

A universidade no Brasil, cenário do qual se constitui essa pesquisa, teve marcos que caracterizam sua expansão e popularização nos anos 90. Carvalho (2006) caracteriza este período também como um período de *modernização administrativa associada aos princípios neoliberais*, sendo uma característica marcante deste período a introdução dos conceitos de *avaliação, autonomia universitária, diversificação, diferenciação, flexibilização, privatização*. Os números que ilustram esta expansão no Brasil estão apresentados por Neves, tomando como base dados do INEP-MEC, do Censo da Educação superior (2010) que apontam a seguinte informação:

Nos últimos vinte anos, o Brasil assistiu a um notável processo de crescimento de seu ensino superior. No começo dos anos noventa do século passado, somavam-se 1.540.080 estudantes matriculados no ensino superior no Brasil. Esse número saltou para 2.694.245 estudantes em 2000 e para 6.379.299 em 2011. (NEVES, 2012 p.1)

Diante do contexto da educação superior no Brasil, o país consolida este sistema com dois segmentos distintos e definidos: o público e o privado:

“(...) um sistema complexo e diversificado de instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas (confessionais, particulares, comunitárias e filantrópicas). O acesso ao ensino superior é realizado através de processos seletivos, como o concurso vestibular que avalia conhecimentos comuns do ensino médio. Os cursos de graduação oferecem formação em nível de bacharelado, licenciatura e tecnológica. Também faz parte desse nível de ensino a pós-graduação, que compreende programas de mestrado, doutorado e cursos de especialização. Cabe ressaltar o crescimento intenso dos cursos de graduação à distância, nos últimos anos. (NEVES, 2012, p.3)

Apesar das mudanças, não foi feito um documento síntese que constituiu a reforma do ensino superior, mas sim *fragmentos de textos legais, projetos e programas* (CUNHA, 2003 apud Carvalho, 2006), reformas estas que se estenderam

para os governos subsequentes, principalmente fundamentadas nos programas do governo de incentivo a expansão do ensino superior: Prouni, FIES e Reuni.

Dois dos três programas do governo federal, o Prouni e o FIES, se caracterizam como estratégias do governo federal de apoio às instituições privadas de ensino superior. Esta característica têm relação direta com a diferença do número de matrículas no setor privado em detrimento do setor público, como os dados apresentados pelo INEP em 2010. O relatório publicado pelo INEP aponta para:

(...) a existência de 5.449.120 matrículas no ensino de graduação, das quais 75% no setor privado. A distribuição da matrícula por tipo de instituição é a seguinte: em universidades: 2.809.974 matrículas (54,3%); em Centros Universitários: 741.631 e Institutos Tecnológicos 68.572 (14,5%); e em Faculdades 1.828.943 (31,2%) INEP/MEC (2011, apud Neves, p.7)

O Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão para as Universidades Federais (Reuni), por sua vez, aparece quase como contraditório à proposta neoliberal, uma vez que destina-se a expansão do acesso e ampliação das matrículas nas instituições públicas. Além disso, apresenta melhorias na permanência no ensino superior, como a relação 18 alunos por professor e elevação gradual da taxa de conclusão, com despesas financiadas pelo ministério da educação, que tinha previsão de até 2,4 bilhões de reais até o ano de 2012 (ANDIFES, 2010 apud Neves, 2012. p 14)

Além dos programas do ensino superior citados, os dados da ANDIFES mostram as diferenças raciais e sociais no ensino superior e a necessidade dos diversos setores da sociedade estarem representados nesta instância de ensino. Diversos modelos de políticas afirmativas passam a fazer do sistema público do ensino superior no Brasil: *cotas raciais, cotas sociais para alunos oriundos de escolas públicas e o modelo de acréscimo de bônus*.

Nas instituições federais, a lei 12.711 propõe a reserva de pelo menos 50% das vagas para estudantes de escolas públicas, e que desta porcentagem a reserva das vagas para estudantes de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência respeitem a proporção de cada um dos entes federados (Brasil, 2012). Porém muitas universidades já tinham em seu quadro as cotas anteriores a publicação desta lei: até 2010, 88 IES haviam implantado ações afirmativas em seus processos seletivos. Destas, 45 são estaduais, 33 federais e 5 são municipais (Neves, 2012)

Nas Universidades Estaduais Paulistas, a exemplo da Universidade de Campinas, não contemplada pela legislação que diz sobre os Institutos de Educação Superior Federais, a política vigente até o ano de 2018 é o de acréscimo na nota final do vestibular para estudantes oriundos de escolas públicas optantes pelo programa PAAIS (*Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social da Unicamp*). Esta política é marcada por mudanças à partir do ano de 2017, quando ao final de uma greve estudantil, a frente pró cotas emplacou a pauta histórica da demanda cotas étnico raciais, sociais e o vestibular indígena na universidade. Foi constituído um grupo de trabalho na instituição, e no dia 22 de novembro de 2017 foi aprovado em sessão do conselho universitário as cotas étnico raciais e para deficientes no vestibular da UNICAMP, a partir de 2019.



Indígenas presentes em sessão do CONSU da UNICAMP, que aprovou cotas étnico raciais e vestibular indígena disponível em

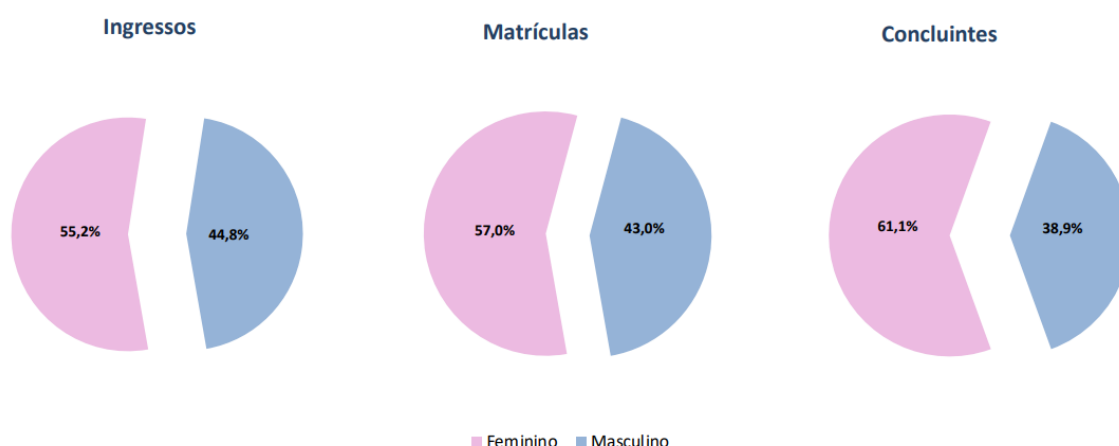
<<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2018/07/25/unicamp-divulga-edital-do-seu-primeiro-vestibular-indigena>>

As mudanças e continuidades na história das mulheres, dos bebês e da universidade se cruzam à medida em que estes se encontram nas relações

espaciais e temporais do quadro atual do ensino superior. Os dados do MEC de 2013 (Ministério da Educação e Cultura) mostram que as mulheres não são apenas maioria hoje no ensino superior, mas também são as principais concluintes dos cursos.

Outros dados que complementam os dados apresentados pelo MEC são os disponibilizados no censo da educação superior, de 2017. Totalizam 8.652.441 de matrículas no ensino superior, contemplando homens e mulheres, nos diversos níveis do ensino superior, sendo 2.352.232 em instituições públicas e 6.300.209 em instituições privadas. Deste montante de matrícula, as proporções entre homens e mulheres, é constituída de maioria de mulheres em todas as condições de matrículas, sejam entre as ingressantes, as já matriculadas e também dentre as concluintes, como é demonstrado no gráfico a seguir:

**Proporção de homens e mulheres nas estatísticas de ingressos, matrículas e concluintes nos cursos superiores de graduação - Brasil 2017**



proporção de homens e mulheres nas estatísticas de ingresso, matrículas e concluintes nos cursos superiores de graduação - Brasil 2017 disponível em <<<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>>>

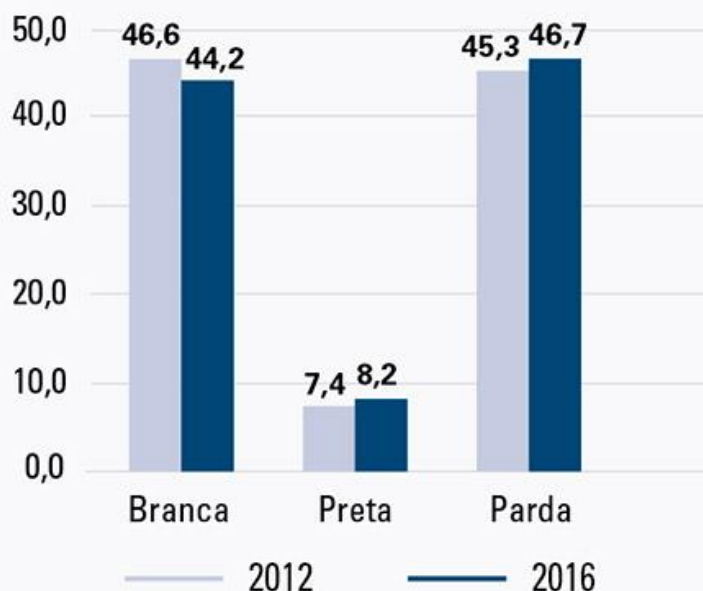
Considerando a historicidade da relação das mulheres com o cuidado tanto da casa como dos filhos em nossa sociedade (DEL PRIORE, 1997) e o aumento significativo da presença feminina no contexto universitário (MEC, 2013), uma questão importante se coloca: qual é o impacto da presença feminina na universidade no que se refere aos arranjos sociais em torno da maternidade e da presença dos bebês na sociedade? Quais são as relações que essas mudanças sociais implicam no que se refere aos bebês e à universidade?

Apesar dos dados supracitados, a situação da mulher no lugar da docência do ensino superior é diferente da situação das estudantes: do total de 392.036 de docentes no Brasil, 212.180 são homens e apenas 179.856 são mulheres. Isso significa as mulheres representarem a maioria da sociedade e a maioria dentre as discentes, e a minoria entre as/os docentes!

Outros fatores também precisam ser levados em consideração nos recortes quanto a acesso ao ensino superior e docência, como os de raça/cor e classe social, assim como o acesso de pessoas com deficiência a este nível de ensino.

Falando sobre estudantes, dos 8.286.663 estudantes do ensino superior, segundo a sinopse estatística do ensino superior de 2017, a maioria é composta por brancos, que totalizam 3.292.585. Os pardos são o segundo maior grupo com 2.157.189, seguidos dos Pretos com 532.607, amarelos 133.920 e indígenas 56.750. Este dado chama atenção, já que a população negra (considerada a somatória da população Parda e Preta) representa 95,9 milhões e 16,8 milhões respectivamente da população Brasileira de 205,5 milhões, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016, divulgados pelo IBGE, como indica o gráfico abaixo em porcentagem:

## PNAD-C | Distribuição da população, por cor ou raça Brasil - 2012-2016



Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas, DPE

Fonte: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores>>

Quanto às pessoas com deficiência, a Sinopse Estatística de Educação superior indica que existem cerca de 38.272 estudantes no ensino superior com deficiência, 23.979 em rede privada e 14.293 em rede pública. A diversidade de especificidades também é um fator de diferenciação que precisa ser levado em consideração: a maior parte dos estudantes 14.293 de pessoas com deficiência física, enquanto pessoas com deficiência intelectual representam 2.043. Apesar destes indicadores, ao menos na atual pesquisa, estes estudantes não estão retratados. Estes e estas estudantes estão na universidade, porém não são representados nestas pesquisas por quais motivos? Também não foram encontrados no censo de estatística de educação superior dados sobre professoras e professores deste nível de ensino com deficiência.

Entendemos que há pelo menos três questões sobre o tema que demandam atenção:

1. O aumento da presença das mulheres na universidade tem implicado um aumento na presença de bebês na universidade? Se sim, como, em que espaços e em que condições?

2. O aumento da presença de mulheres na universidade tem implicado novas configurações sociais e familiares no tocante à responsabilidade de cuidado e educação dos bebês?

3. É possível identificar uma ampliação de pesquisas sobre os bebês e uma diversificação das temáticas e campos de pesquisa?

Uma vez reconhecendo a pertinência de pesquisas sobre esses pontos, mas também reconhecendo as limitações de um trabalho de conclusão de curso, optamos por nos dedicar neste momento apenas à terceira questão e indicamos a necessidade de outras pesquisas que se voltem para as demais questões e para tantas outras que poderiam ser traçadas.

Para este trabalho, adotamos a perspectiva metodológica de análise bibliográfica, sendo em um primeiro momento pautada em uma pesquisa em acervos de texto ( google acadêmico, scielo e repositório da unicamp), e posteriormente em bases de dados nacionais, a exemplo do ibge, assim como incorporação do acervo imagético do I Simpósio de maternidade e ciência, assim como o material escrito associado a este acervo, como o trabalho de Silvana Bitencourt. Em minhas considerações finais, busco relacionar tanto as pesquisas escritas como o conteúdo dos vídeos, na busca de responder a pergunta delimitada acima.

## 1. MULHERES E UNIVERSIDADE... BEBÊS E UNIVERSIDADE?



*Imagem extraída da internet <https://catraquinha.catracalivre.com.br/geral/familia/indicacao/bebe-de-aluna-chora-e-professora-continua-aula-com-bebe-no-colo/>*

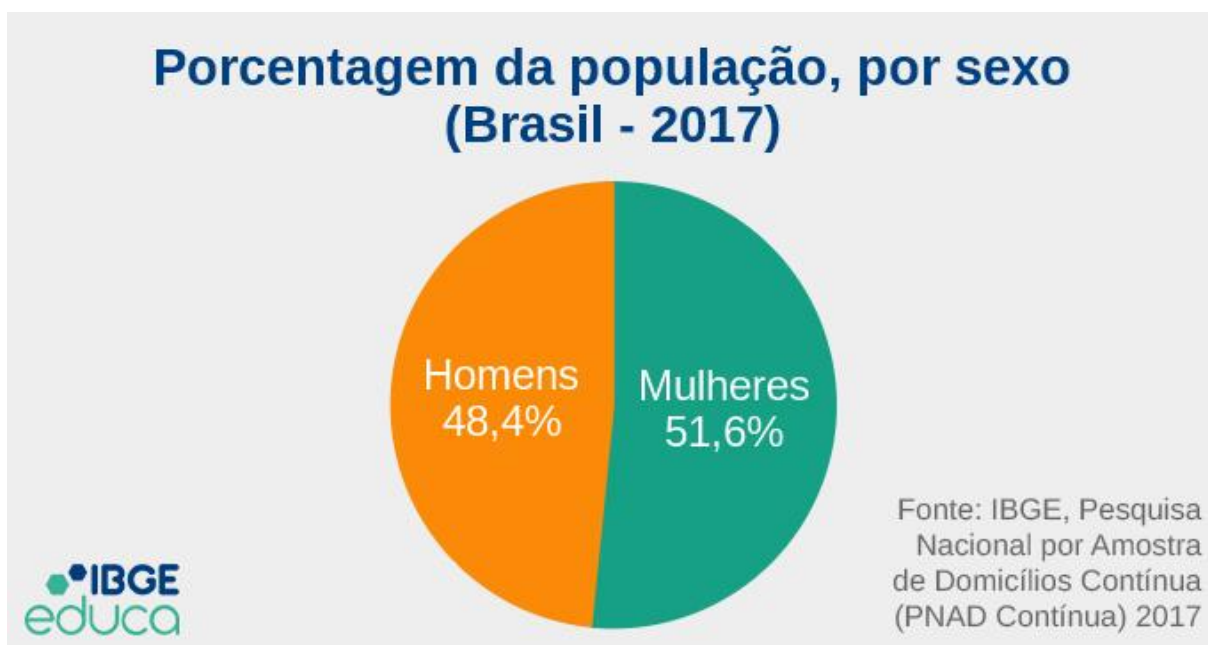
A presença de mulheres na universidade vem se expandindo em conjunto com a expansão do ensino superior no Brasil. É possível observar esta tendência desde estudos realizados na década de 70 (BARROSO, MELLO, 1975). No início dos anos 2000, novamente as mulheres são apontadas como maioria no ensino superior (ROSEMBERG, 2001), e em estudos mais recentes, cujos dados são possíveis de serem localizados nos relatórios do Inep, as mulheres representam 55% do total em cursos de graduação presenciais.

Apesar de representar a maioria no ensino superior, algumas ressalvas feitas nos estudos indicados devem ser levadas em consideração: as mulheres ainda são minoria em cursos relacionados às áreas tecnológicas (engenharias, por exemplo) e exatas. Em contrapartida, são maioria quase que absoluta em áreas referentes ao magistério e licenciatura.

O estudo de Fúlvia Rosemberg (2001) atenta para tendências internacionais, evidenciadas em conferências organizadas pela ONU na década de 90, de colocar em pauta a escolaridade de meninas e mulheres. A autora toma como base cinco conferências internacionais da temática e cria uma espécie de colagem dentre as metas que aparecem dentre estas conferências e que indicam a necessidade de:

(...) assegurar ou garantir o acesso total, igual ao dos homens, mais amplo e o mais cedo possível de meninas e mulheres à educação em todos os níveis (primário, secundário e superior) de educação, assim como à educação profissional e ao treinamento técnico; Eliminar as barreiras que impedem o acesso à educação a adolescentes grávidas ou mães jovens. (Rosemberg, p 516)

O Brasil tem cumprido em parte com estes acordos e metas internacionais, na medida em que o país demonstra maior acesso de meninas e mulheres aos diferentes níveis de educação. Como já apresentado anteriormente no ensino superior, as mulheres são maioria e consultando estes mesmos dados, as meninas são maioria em outros níveis de ensino também. Porém, este dado exige a ressalva que as mulheres também são a maioria na proporção da população no Brasil:



Porcentagem da população Brasileira por sexo, 2017 disponível em <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>

Ainda que o Brasil tenha cumprido a maioria das metas a respeito do ensino para mulheres e meninas, apontadas no texto de Rosemberg (2001), chama atenção o não cumprimento de uma das metas que aponta para um fator de desigualdade situacional. A única meta não contemplada é a que diz respeito ao acesso à educação de mulheres e meninas grávidas ou mães jovens.

A desigualdade de gênero entre homens e mulheres quanto a atividades da vida privada é apresentada por dados do IBGE das estatísticas de gênero, atualizadas em 2018, que apontam para “*predominância feminina nos cuidados de pessoas e afazeres domésticos, aos quais as mulheres trabalhadoras dedicavam 73% mais horas do que os homens.*” Para além do cotidiano da vida privada, estes mesmos estudos demonstram que as mulheres têm maior proporção nas jornadas parciais (28.9%), para os homens, esse número cai para 14,1%.

Também se encontram dentre os índices de desigualdade de gênero informações sobre escolaridade de homens e mulheres. Os homens têm uma trajetória escolar marcada por atraso escolar (38% dos homens entre 15 e 17 anos), e também são a minoria entre os que completam graduação, sendo 15,6% dentre os homens de 25 a 44 anos, e 21,5 das mulheres de mesma idade. Não foram encontrados dados que cruzam a maternidade e a graduação, porém é necessário levar em consideração que esta dedicação maior das mulheres com afazeres domésticos e cuidados ditam as suas condições de acesso à universidade e ao mercado de trabalho.

No âmbito da antropologia, uma pesquisa absolutamente importante para o debate que pretendemos realizar é a de Badinter, sobre a maternidade em contexto francês. Sob o título provocativo de “*Um amor conquistado: o mito do amor materno*”, Elisabeth Badinter (1985) inicia seu estudo definindo a mulher casada que tem filhos legítimos como uma personagem que é *relativa e tridimensional*. Relativa porque ela se concebe na *relação* tanto ao pai, como ao filho. Tridimensional porque, além destas relações duplas, a mãe também é uma mulher, (...) *um ser específico dotado de aspirações próprias que frequentemente nada tem a ver com as do esposo e dos filhos*

Apesar do texto de Badinter estudar a sociedade francesa do século XVII e XVIII, estas características da mulher casada e com filhos são importantes pontos de partida para compreender a construção do papel social da mulher, que ainda ecoa tanto quando comparado com os dados da estatística de gênero apresentados anteriormente neste mesmo trabalho, como também dialoga com a autora brasileira Fúlvia Rosemberg.

O advento da dupla jornada, ainda é uma realidade no Brasil e nos países da América Latina na atualidade. O texto de Rosemberg traz um pouco sobre a

realidade das mulheres neste contexto de extensão do trabalho com os cuidados do lar. Segundo a autora,

Apesar de sua inserção maciça no mercado de trabalho, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis, na América Latina, pelas atividades de cuidado, com a reduzida colaboração do Estado, do empresariado/mercado, da comunidade e também de seus cônjuges. Um exemplo forte provém da duração das licenças maternidade em países na América do Sul. (ROSEMBERG, 2015, p.155)

Este cenário descrito acima, de jornadas múltiplas das mulheres brasileiras, de insatisfação feminina e em concomitância com os movimentos sociais populares e feministas, implicou no aparecimento de movimentos de luta por creches no Brasil. Tanto o movimento nacional popular que será apresentado a seguir, que reivindicava as creches como um direito das crianças e das famílias, quanto o movimento por creches universitárias, se localizam inicialmente como pauta de luta por volta dos anos 70.

No ano de 1979 foi organizado o 1º Congresso Paulista da mulher, e deste congresso foi criado o movimento de *Movimento de Luta por Creche, que teve como objetivo central a criação de creches públicas e gratuitas para crianças de 0 a 6 anos, nos bairros e nos locais de trabalho* (Teles, 2015). A creche se apresentava como uma pauta de consenso tanto entre as diversas correntes feministas e mulheres que não se organizavam como tal, sendo uma das pautas que mais saía dos grandes centros indo para os bairros de periferia e pequenos bairros.

Durante a Constituinte as reivindicações feministas estiveram presentes, como é apontado em (Teles, 2015) as mulheres reivindicaram neste momento várias pautas, dentre elas a licença paternidade, a ampliação da licença maternidade para 120 dias e novamente a creche aparece sendo pautada, não apenas como o direito das mulheres trabalhadoras, mas também como o direito das crianças pequenas de 0 a 6 à educação. Imagens do acervo CNDM (conselho nacional dos direitos da mulher) registram as pautas do movimento.



Comissão Constituinte - 1986 - local não identificado. Fotografia: Paula Simas/ Agência F4  
<http://www.memoriaemovimentossociais.com.br/bancodeimagens>



Ato Público de Trabalhadores e Trabalhadoras pela Garantia de Direitos na Constituinte 1988 - São Paulo Fotografia: Januario F da Silva/ Tribuna Metalúrgica  
<http://www.memoriaemovimentossociais.com.br/bancodeimagens>



Ato Público de Trabalhadores e Trabalhadoras pela Garantia de Direitos na Constituinte 1988  
 - São Paulo Fotógrafo: Januario F da Silva/ Tribuna Metalúrgica  
<http://www.memoriaemovimentossociais.com.br/bancodeimagens>



Ato Público de Trabalhadores e Trabalhadoras pela Garantia de Direitos na Constituinte 1988  
 - São Paulo Fotógrafo: Januario F da Silva/ Tribuna Metalúrgica -  
<http://www.memoriaemovimentossociais.com.br/bancodeimagens>

Apesar da visão das feministas em sua defesa do direito das crianças a educação na Constituinte, Rosemberg (2015) chama atenção para uma faixa etária da educação infantil que, de modo geral, não tem sido alvo de políticas educativas

específicas nos demais países da América Latina. E mesmo no Brasil os dados de acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Educação evidenciam que essa população tem mais dificuldade de usufruir do direito à educação, garantido pela Constituição Federal de 1988, a saber: a população dos bebês. De acordo com Rosenberg,

(...) as crianças pequenas, os bebês, de 0 a 2 ou 3 anos constituem um tempo social discriminado pela sociedade latino-americana, na gestão e nas políticas públicas; as creches não constituem uma instituição de fato integrada à educação inicial na América Latina (Rosenberg, 2015, p155)

O direito das crianças pequenas no cenário nacional aparece após a constituinte de 1988. E como é apresentado por Rosenberg, o direito dos bebês é ainda mais negligenciado diante daqueles que estudam a educação inicial, que dão seus enfoques à chamada pré-escola.

Antes de 1988, as creches eram oferecidas pelo poder público mais como uma benesse e menos como uma obrigação destinada a uma parcela da população. A Constituição de 1988 define a obrigação de oferta, que inicialmente ocorreu, na maior parte dos municípios brasileiros, como uma ação das Divisões/Departamentos de Assistência Social. Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, passam a se configurar como uma política educacional, direito de todos e cuja oferta continuava sendo obrigação do Estado, ainda que a matrícula dos bebês em creche esteja definida como uma opção das famílias. Isso apenas foi alterado com a obrigatoriedade da frequência à escola a partir dos 4 anos.<sup>1</sup>

Em concomitância com as reivindicações mais gerais dos movimentos sociais, principalmente de mulheres trabalhadoras, emerge o contexto da luta por creches universitárias, que tem como princípio principalmente atender filhos da comunidade universitária:

As creches nas universidades federais iniciam-se com o objetivo básico de atender filhos da comunidade universitária. Duas delas ampliam o atendimento para a comunidade em geral. Três unidades, além de atender filhos da comunidade universitária, incluem outros

<sup>1</sup>sobre a obrigatoriedade de frequência na creche a partir dos 4 anos.<

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/18563-criancas-terao-de-ir-a-escola-a-partir-do-4-anos-de-idade>>

objetivos, o que dá oportunidade ao campo de estágio, de pesquisa e de observação para o âmbito universitário. (RAUPP, 2004. p 204)

Nesse sentido, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi pioneira, sendo a primeira entre as universidades federais a conquistar sua creche. De acordo com Raupp,

(...) a Creche Francesca Zácara, mais precisamente em 1972, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [é] identificada como a primeira creche de universidade federal. (RAUPP, 2013 p.201).

Após a criação da creche Francesca Zacaro, outros espaços de ensino superior também construíram creches universitárias, como o caso dos IFES( Instituto Federal de Ensino Superior), a expansão das creches em outras unidades em mais universidades federais na década de 1980 até 1992, com 15 outras novas unidades. Raupp chama atenção para o fato de que esta expansão nas creches também se relaciona com a expansão da área como campo de pesquisa.

Esta expansão da área como campo de pesquisa, segundo Raupp (2004), não se reduz em pesquisadores da área de educação, mas também se relaciona com pesquisadores de diversas áreas do conhecimento que constituem a universidade:

No âmbito da graduação e da pós-graduação da universidade, a procura das unidades de educação infantil das universidades federais para desenvolvimento de pesquisas inclui pedagogia, psicologia, educação física, nutrição, odontologia, medicina, engenharia de produção, arquitetura, enfermagem, fisioterapia, farmácia, economia doméstica e educação artística. Essa multiplicidade de áreas que procuram as unidades de educação infantil no interior da universidade revela que tais unidades se caracterizam como uma referência que parece oferecer contribuição no processo de formação acadêmica também como campo de pesquisa, além de campo de estágio. (RAUPP, 2004. p.208)

As creches universitárias contribuem com o campo de pesquisa no recebimento de pesquisadores e estagiários em seu espaço em sua maioria. Algumas unidades de creche universitária também contribuem com atividades com pesquisa e extensão, ainda que uma pequena alíquota do todo das universidades:

Os dados levantados apontam também que as unidades que desenvolvem os objetivos de pesquisa e de extensão (produção e

socialização de conhecimentos) totalizam apenas 13% do conjunto estudado. A construção dos objetivos de produção e socialização de conhecimentos dá-se em consonância com o princípio norteador das atividades da universidade: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (RAUPP, 2004, p.209)

A creche, nesta perspectiva e também como lugar de ensino, pesquisa e extensão, não é entendida como uma instituição à parte, que constitui o espaço da universidade, mas sim como mais um espaço que segue o princípio universitário, do qual *a pesquisa se apresenta como fio condutor de todas as ações, sustentando as demais atividades desenvolvidas pela unidade.* (RAUPP, 2004)

Ainda que as universidades, sejam um espaço importante para expansão do campo de estudo em questão, Raupp também chama atenção para as limitações que as creches universitárias vêm a apresentar para seus pesquisadores, e estagiários:

O fato é que a maioria dos entrevistados caracteriza os estágios nas unidades de educação infantil nas universidades federais como uma referência de formação acadêmica distante da realidade da maioria das instituições públicas de educação infantil. Tais considerações recaem principalmente sobre a população atendida pela maioria das unidades, que é restrita à comunidade universitária. (RAUPP, 2004 p 208)

Retomando a historicidade das creches universitárias, além das universidades federais, as universidades estaduais paulistas também estão marcadas na história de expansão das creches universitárias.

(...) a partir do ano de 1982, 25 unidades de educação infantil nos campi da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade de São Paulo (USP) RAUPP (2003, apud Menezes, 2015)

Assim como citado anteriormente, a Constituição Federal de 1988 constrói significativas transformações para o campo da educação infantil. A principal mudança da concepção sobre a educação infantil, *quando a creche passa a ser reivindicada também como um direito das crianças - até então havia sido principalmente a reivindicação de um direito da mulher trabalhadora.* Na legislação anterior, e em especial, na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT - 1943) o direito era apenas assegurado para mães de bebês até 6 meses e que amamentassem. Segundo Fagundes, às legislações anteriores à CF/88

Não tratam de direito à creche nos locais de trabalho, mas somente do **direito da mulher trabalhadora** de amamentar seu filho durante a jornada de trabalho. Ainda assim é um direito apenas da mulher, mas restrito, pois não são todas as mulheres que têm esse direito, mas aquelas que têm idade entre 16 e 40 anos e trabalham em empresas cujo número de funcionárias contratadas atinge o mínimo estipulado pela lei (30 mulheres), e somente as que amamentam. Em relação às crianças, as restrições são: somente para crianças amamentadas e até os seis meses de idade. FAGUNDES (p.77, 1997 apud Raup 2004)

Apesar da expansão das creches, os bebês e as crianças pequenininhas são um público que tanto Rosemberg (2015) como Raupp (2003) chamam atenção como crítico, no que diz respeito aos direitos. Ambas chamam atenção para o fato que estas faixas etárias ficam em segundo plano dentro da educação infantil, ainda muito focada no nível de ensino da pré-escola.

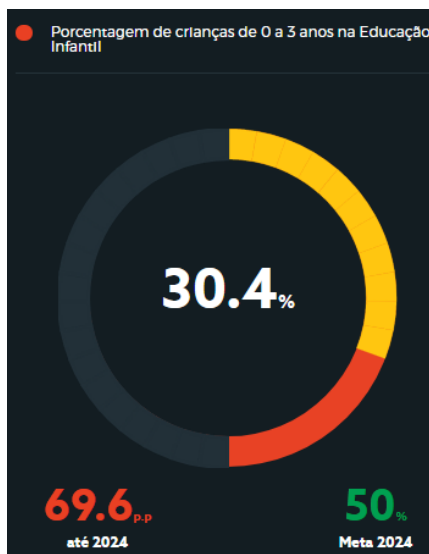
As considerações de Fúlvia Rosemberg podem ser complementadas quando associadas a dados que Raupp coletou tomando como referência o sistema de creches do estado de São Paulo

Outro aspecto importante a ser considerado em relação às crianças de zero a três anos é o fato de que as crianças menores de um ano têm um acesso menor à educação infantil por diversos motivos. A necessidade de amamentação, a licença maternidade, mas também a falta de infraestrutura adequada das instituições de educação infantil para atender os bebês, são fatores que colaboram para um atendimento mais restrito. Nesse sentido, as creches têm atendido crianças maiores de dois anos, sendo inexpressiva a matrícula de crianças menores de um ano. (RAUPP, 2003)

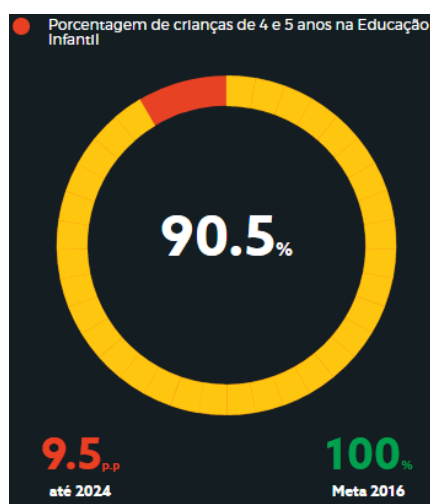
O Plano Nacional de Educação (PNE) contempla diversas etapas educacionais da educação brasileira entre seus artigos e metas, desde a educação infantil até o ensino superior. Quanto a educação infantil, destaca-se a primeira meta para dialogar com a temática supracitada:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.(BRASIL, 2014)

Tomando como base o site do observatório do PNE, podemos avaliar em que medida estas metas vêm avançando ou não, após 4 anos da sua elaboração:



Fonte: <<http://www.observatoriodopne.org.br/home/1/2/#a-plataforma>>



fonte: <<http://www.observatoriodopne.org.br/home/1/1/#a-plataforma>>

Não foram encontrados no PNE os dados por idade separados: o cumprimento da meta diz sobre a faixa etária completa, e não sobre as especificidades. Ainda assim os dados demonstrados pelo observatório demonstram como há maior discrepância no cumprimento da meta quando relacionados os bebês e as crianças, uma vez que até 2024 (daqui a cinco anos), se evolua apenas 10% para as crianças e 20% para os bebês, que por sua vez, tem como meta um atendimento parcial, enquanto que para as crianças pequenas a meta é de universalização do acesso à escola.

Apesar das expansões do atendimento em creches universitárias, motivado tanto pelos movimentos sociais, como os movimentos que articulam trabalhadoras e estudantes na universidade, um fator de contrapartida ocorre em 1993:

Em dezembro de 1993, o Decreto nº 977, de 10/11/93, baixado pela Secretaria da Administração Federal da Presidência da República, disciplina a assistência pré-escolar destinada aos dependentes dos servidores públicos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

(...). Institui o auxílio pré-escolar como assistência indireta aos servidores para proporcionar atendimento aos dependentes, na faixa etária de 0 a 6 anos, em creches e pré-escolas, mantém as unidades integrantes da estrutura do órgão ou da entidade federal existentes, proíbe a criação de novas unidades a partir da data desse dispositivo e mantém os contratos ou convênios até o prazo final com instituições particulares ou com entidades públicas, vedando a prorrogação desses contratos/convênios. (RAUPP, 2003)

Esta medida, baixada pela secretaria da presidência, visa reduzir as creches universitárias no Brasil, porém não é o suficiente para frear totalmente com as lutas sociais. No ano de 1997, por exemplo, são criadas novas 3 novas creches na Universidade Federal do Fluminense (Raupp, 2004).

No início dos anos 2000, estudos de Raupp (2002) chamam atenção para a problemática das creches nas universidades referente principalmente à necessidade de sustentar o funcionamento das unidades das creches universitárias federais. Por uma questão orçamentária e política, *questionava-se a necessidade dessas instituições, sendo de educação infantil, estarem vinculadas às universidades federais, uma vez que a administração desta etapa da educação, por lei, é destinada à esfera municipal.*

Esta questão que aparece na literatura primeiramente na esfera federal, atinge posteriormente também o âmbito estadual, na USP.

No ano de 2015, por determinação da Reitoria da universidade, em concordância com a SAS, houve um corte de 141 vagas nas cinco creches vinculadas à USP, impossibilitando a entrada de novas crianças, o que representa a garantia da continuidade das instituições. (MENEZES, 2015 p.133)

Desde então, apesar dos movimentos das trabalhadoras e dos trabalhadores da USP, tanto associados às creches como educadores, estudantes e os que constituem a comunidade que demanda do atendimento das creches para seus bebês e crianças pequenas, os cortes só aumentam.

Apesar disso, os movimentos de resistência da Universidade de São Paulo reivindicam a manutenção deste espaço, não só devido às crianças atendidas, mas também como espaço constituinte da universidade, que articula ensino, pesquisa e extensão, como podemos observar em reivindicações presentes no Dossiê “Em defesa das creches/pré-escolas da Universidade de São Paulo” (2015).

Retomo as considerações de Raupp (2013) em diálogo com o dossiê das creches da USP, na medida em que tanto a autora como este dossiê apontam para o espaço das creches universitárias não ser reivindicado apenas como espaço de atendimento às crianças e bebês.

A configuração exposta revela que a constituição das unidades de educação infantil nas universidades federais, de alguma forma, acompanha a trajetória histórica da educação infantil no Brasil no que se refere aos objetivos iniciais, cumprindo a função de atendimento às crianças pequenas enquanto suas mães trabalhavam e estudavam. Evoluiu, gradativamente, no decorrer dos anos, para a incorporação de novas funções, caracterizadas como campo de estágio, de pesquisa e de observação. No entanto, essas funções necessitam de ampliação para a prática da pesquisa e da extensão, condição imprescindível para a consolidação da identidade universitária dessas unidades. (RAUPP, 2003)

Esta fragilidade está presente não apenas na USP. A menor parte das universidades tem os centros de educação infantil, a maioria tem em seu quadro as unidades de educação infantil associadas a órgãos variados

O fato de 83% dessas unidades estarem vinculadas a outros órgãos universitários que não da educação contradiz um tanto a importância do vínculo com a área da educação, destacada por alguns autores. Essa situação significa, por um lado, a predominância da vinculação associada aos objetivos iniciais das unidades; por outro, a necessidade de amadurecer a importância da presença dessas unidades para o desenvolvimento de um campo de pesquisa novo. (RAUPP, 2003)

Apesar dos dados encontrados, destaco alguns fatores que considero importantes para pensar a temática dos bebês e das mulheres na universidade. O primeiro é a escassez de estudos referente a esta temática: pouco se tem de produção acadêmica sobre a historicidade e a atualidade das creches universitárias e os bebês neste contexto.

Também destaco a temporalidade dos artigos, já que pouco se produziu após os primeiros 10 anos do século XXI. Essa escassez implica em problemas na medida em que pouco se produziu para a expansão de políticas públicas, que norteadas por estes estudos, poderiam viabilizar o maior atendimento de bebês e crianças nestes níveis de ensino.

Outro ponto que precisa ser levado em consideração quanto a temática é o olhar sobre o bebê no contexto tanto nas políticas públicas, como nos textos encontrados, que quando aparece muitas vezes está atrelado a condição de vida da mãe ou da família. Esse fato também foi constatado por Qvortrup:

“(...)é que, frequentemente, as crianças são atingidas por elas indiretamente ou de forma mediada, o que torna mais difícil a constatação dessa influência; e, com muita frequência, a legislação é elaborada sem levar as crianças em consideração, embora haja poucas dúvidas de que os eventos sociais causem efeitos constantes. As crianças, no entanto, não são consideradas – e, na melhor das hipóteses, famílias com crianças o são.” (QVORTRUP, 2011, p. 207)

A perspectiva da sociologia da infância, apresentada pelo texto de Rita de Cássia Marchi, é similarmente importante para se pensar a respeito da expansão de políticas públicas e a demanda de estudos dos bebês, na medida que não somente se faz necessário que eles sejam estudados, mas também que estes estudos sejam considerados por si só, e não atrelados a mãe, ou a família ou a escola. Essa defesa toma como base uma concepção do bebê como ser ativo.

“(...) a criança é, desde que nasce, um "ser ativo" neste processo. Disto se pode concluir, junto com os sociólogos da infância, que as crianças têm consciência dos seus sentimentos, idéias, desejos e expectativas e que são capazes de efetivamente expressá-los (haver, porém, alguém que os escute e leve em conta, já é uma outra discussão). Além disto, como salientam estes sociólogos, existem realidades sociais que somente a partir do ponto de vista das crianças e dos seus universos específicos podem ser descobertas, apreendidas e analisadas. É neste sentido, como visto acima, que a etnografia tem sido apontada como metodologia particularmente adequada ao imperativo de 'dar voz' às crianças fazendo-as participar na produção dos dados sociológicos sobre suas maneiras de ser, sentir, agir e pensar. (MARCHI, 2010 p.194)

Apesar da autora fazer sua defesa da sociologia da infância falando da *criança* e não do diretamente bebê, apesar de escrever “*desde o nascimento*”, o texto de Tebet e Abramowicz, traz ressalvas sobre a necessidade de *estudos de*

*bebês, os distinguindo das crianças, uma vez que os bebês devem ser estudados com a concepção que eles “se constituem e se diferenciam dos discursos sobre as crianças e, além disso, compreender a maneira pela qual eles se individualizam, se subjetivam e se singularizam de maneira “original” e que lhes é própria.”*

Estes estudos são importantes para as autoras Tebet e Abramowicz, não só pela necessidade de se estabelecer o lugar teórico dos bebês, mas também nas possibilidades que o campo oferece, diversas ao campo de estudos de crianças, assim como a demanda de utilização de metodologias de pesquisas específicas, tais como:

O trabalho com os bebês, a partir desses conceitos, aponta para a necessidade de metodologias de pesquisa que sejam capazes de compreender os bebês, seus movimentos e as redes tecidas por eles, com eles e para eles. Seus fluxos e seus desejos. Trata-se de diagramar a maneira singular pela qual um bebê se constitui e se subjetiva a si e ao outro e os processos de individuação que vivencia. (ABRAMOWICZ e TEBET, 2018 p941)

Do mesmo modo que os estudos de bebês por si só são importantes, Qvortrup (2011) também chama atenção para o lugar da sociedade quanto a responsabilidade com as crianças:

Por que a sociedade deveria assumir qualquer responsabilidade sobre as crianças? Penso que existem pelo menos três argumentos. Primeiramente, um argumento moral: para garantir que crianças sejam providas de acordo com um padrão básico ou com um padrão para famílias com crianças que, em princípio, estejam em igualdade de condições com outros casais sem crianças. Em segundo lugar, um argumento de direito, que deveria admitir que, se as crianças estão contribuindo, elas também podem reivindicar recursos para distribuição; e pode-se adicionar que deveria haver garantias para compensar os pais de suas contribuições. Terceiro, um argumento que diz respeito ao “interesse” nas crianças, com responsabilidade sobre elas, e não é difícil demonstrar que a sociedade também tem significativo interesse nas crianças, se não como crianças, mas como membros do que é ilusoriamente denominado próxima geração. (QVORTRUP, 2011 p.209)

Novamente o autor faz uso da categoria “criança”, mesmo com a compreensão de que são categorias distintas. Os motivos apontados pelo autor quanto à responsabilidade com as crianças também podem ser relacionados com os bebês, dados algumas similaridades quanto a condição de vida dos mesmos.

Os apontamentos supracitados são necessários na medida de pensarmos em dois pontos, em primeiro lugar, a necessidade de se desassociar a imagem do bebê como ser passivo, que tem seus direitos atrelados ao feminino, da mãe, e em segundo lugar assim como a sociologia da infância(Marchi, 2010) fez o movimento de separar “o *ofício de aluno*” do ‘*ofício de criança*’ , se faz necessário que as *políticas públicas para os bebês*, sejam desassociadas apenas ao direito das *mães trabalhadoras*, e sejam pertencentes dos direitos dos bebês por si mesmos.

## 2. BEBÊS FILHOS DE MÃES/PAIS UNIVERSITÁRIOS: O QUE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DIZ A RESPEITO?



disponível em: <https://bebe.abril.com.br/familia/estudante-cria-carrinho-de-bebe-para-uma-mae-cadeirante/>

Na pretensão de conhecer o que vêm sendo produzido cientificamente a respeito dos bebês filhos de mães e pais universitários, conduzimos uma pesquisa bibliográfica em repositórios acadêmicos, a partir de buscadores específicos. Assim, foi adotada a metodologia de busca de palavras-chave em diferentes acervos (SciELO, repositório da produção intelectual da Unicamp e Google Acadêmico). Após selecionar as palavras chave que melhor respondessem a temática, foi feita uma seleção por meio dos títulos e resumo dos textos apresentados. Após a triagem, os textos que dialogam foram observados no comparativo.

A escolha das palavras chave foi elaborada tomando como base a eficácia do resultado obtido na busca de material que dialogasse com a temática, devido a demanda das palavras chave associadas, bebês, mães, pais e universidade, em cada um dos diferentes acervos foram usadas ferramentas diferentes para que ao refinar a busca condissesse a mesma ao objetivo da pesquisa.

Quando as palavras chave “*mãe universitária*” e “*pai universitário*” foram pesquisadas no banco de dados do SciELO, os resultados foram de 2 artigos para a primeira e nenhum artigo correspondente para a segunda. Mesmo com dois artigos possíveis, os artigos faziam apenas uma citação de mães universitárias como um comparativo para um outro grupo amostral, e as considerava como “mães que

havam concluído o ensino superior” e não como “mães que compõem a universidade”.

Na busca de “*bebês na universidade*” o resultado foi diferente. Foram enumerados 21 artigos para esta palavra chave, porém a maioria retrata os bebês numa perspectiva médica. Além disso, a palavra chave “universidade” não está contextualizada no texto, mas sim na apresentação das instituições de origem dos textos. Apesar da falta de artigos que dialoguem com as palavras chave, o aparecimento da palavra “paterno” no artigo “*A percepção das mães sobre o apoio paterno: influência na duração do aleitamento materno*” (SILVA, 2012) é uma informação sobre a busca relacionada entre bebê e pai e bebê e paterno, pensando que, dos 21 artigos, apenas 1 apresentava a informação sobre o pai na relação com o bebê. Também apareceu um artigo intitulado “*Mãe e filho: os primeiros laços de aproximação*” (ROSA, 2010), relacionando mãe e bebê, mas não a universidade.

Neste acervo, a predominância é de artigos relacionados às pesquisas universitárias a respeito da saúde dos bebês em seus temas variados, tendo entre esses temas a saúde bucal dos bebês, amamentação, o desenvolvimento do bebê e da aquisição da linguagem, mas não necessariamente sobre bebês em contexto universitário ou de pais estudantes, docentes ou funcionários universitários.

Outro recurso de busca utilizado foi o repositório da produção científica e intelectual da Unicamp. Neste, na busca associada de “*mães universitárias*” + “*bebê*” foram encontrados 508 resultados, na busca “*pais universitários*” + “*bebê*” foram encontrados os mesmos 508 resultados. Apesar do número em concomitância, nenhum dos títulos tem o pai como enfoque. Em apenas um título é colocado como “os pais” tratando-se do coletivo pai-mãe; destes resultados, a preponderância é a de trabalhos que dizem respeito às pesquisas médicas, da saúde física dos bebês e de suas famílias. Uma pequena parcela deste montante diz respeito a área de educação: apenas 17, sendo que entre elas a única tese que relaciona a universidade, os bebês e familiares é a intitulada “*Crianças pequeninhas e a luta de classes*” (MACEDO, 2016).

A tese em questão é de Elina Elis de Macedo, publicada em 2016. Adota uma perspectiva marxista, dialogando com a sociologia da infância e produção de culturas infantis na busca de explorar como os bebês participam da luta de classes, com destaques para o capítulo que a autora intitula “*passada dos bebês e das crianças da USP e a luta social*”. Lá ela discorre sobre como a presença das

crianças e bebês no espaços da universidade alteraram a dinâmica, por exemplo, no momento da greve:

Na greve de 2014, a movimentação começou da mesma forma que em anos anteriores. No entanto, o prolongamento da greve, que teve a duração de 118 dias, fez com que a presença das crianças ganhasse ainda maior relevância. Como a greve envolveu, neste ano, os três segmentos da universidade (docentes, estudantes e funcionários/as) havia grande contingente de jovens estudantes e militantes. Ocorreu, então, uma aproximação destes jovens com as crianças, provavelmente, porque muitos deles atuam também como bolsistas/estagiários/as nos diversos espaços frequentados pelas crianças do campus Butantã (creches, espaços educativos em museus, centro de práticas esportivas etc.). Então, o cantinho das crianças contou, também, com a criativa participação dos/as estudantes. (MACEDO, 2016 p.30)

Outro texto que pode ser destacado dentre os do repositório se intitula como *“A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, remunerado e estudos”* (AVILA, PORTES, 2012). O artigo em questão discorre sobre os diversos papéis das mulheres de ensino superior público no período noturno. Não tem como foco os bebês, mas ao discutir as mulheres pobres no ensino superior, aborda a questão da maternidade e da relação com os filhos. Nessa pesquisa foram entrevistadas 15 mulheres, nos anos de 2008 e 2009, a maioria vinda de famílias sem histórico de ingresso no ensino superior e que em sua maioria tiveram fluxos escolares marcados por interrupções, consequência de uma entrada tardia na universidade.

A autora e o autor dissertam sobre os diferentes campos da vida destas universitárias. Na dimensão profissional, a maioria destas mulheres não atuam no campo em que estudam, porém pretendem seguir carreira na profissão quando formadas. Apesar do trabalho, são co-provedoras ou provedoras do lar e portanto não atingiram condições de mudança financeira.

O trabalho familiar e doméstico, por sua vez, ainda é caracterizado como majoritariamente feminino e materno, comprometendo demasiadamente a rotina destas mulheres. Dentre a menor parte que tem a participação masculina no trabalho doméstico, dizem que esta participação apenas ocorre na perspectiva da “ajuda” e quando solicitados. O constrangimento no pedido e o cansaço acaba diminuindo esta participação. Quanto ao cuidado das crianças, a participação dos pais é mais comum, dado que eles cuidam das crianças para que as mulheres frequentem as aulas no período da noite. Porém, quando não há essa participação

dos pais, este pode ser um fator até mesmo de impedimento da conclusão do curso, como é o caso do depoimento de uma das participantes, Tereza:

*Menina, eu tive que perder uma prova [...] uma prova que era vital pra mim. Foi assim, eu cheguei aqui, na hora do almoço e ele estava com febre. E ele vermelhinho, quietinho assim, e aí o meu marido começou: "Olha só, você já falou que tem prova...". Falei com ele que eu tinha estudado o final de semana todo, estudei na segunda até tarde. "Você dá um jeito aí". Ele pensa que é facinho, que basta eu dar um recadinho e acabou. "Porque com esse menino desse jeito eu não fico com ele". Aí... Até eu falei "meu Deus..." Eu pensei assim... que quando eu estou mal, estou com febre eu ter uma pessoa tensa do meu lado... Eu pensei "Então eu não vou... Pelo menino". Mas se eu tivesse ido ele teria dado um jeito, não é? Mas aí eu perdi uma prova dessa matéria que eu fui reprovada. (ÁVILA, 2012, p.8)*

Na busca de sobreviver na universidade, uma série de estratégias são traçadas entre estas mulheres: máxima atenção em sala de aula, faltas apenas quando necessário e estudos em casa apenas quando todos dormem e aos fins de semana são algumas delas. O sentimento de frustração e as dificuldades nas entregas dos trabalhos e ir bem nas provas são presentes entre os depoimentos.

A demanda por um olhar para estas pessoas pela universidade e uma ressalva sobre a qualidade destas formações são apontamentos finais do artigo, que também aponta a importância da rede de configuração familiar e de maior compreensão das professoras e professores universitários, frente a condição das mulheres, trabalhadoras, mães, donas de casa e estudantes universitárias.

Das plataformas analisadas, o Google Acadêmico foi o que mais trouxe resultados que se relacionam com a questão de pesquisa: dos 12 artigos apresentados para “mães universitárias” + “bebê”, 4 dizem sobre o contexto das mães e seus bebês na universidade. O mesmo não ocorre na busca por “pais universitários” + “bebê”: apesar de 11 artigos associados, nenhum diz sobre o contexto dos pais na universidade; aparecem como um comparativo de escolarização.

O primeiro artigo destacado por esta busca intitulado “*Maternidade, trabalho e formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos*” (MENEZES, 2012), elaborado por uma equipe de colaboradoras e colaboradores, traz a experiência de pesquisa em psicologia no grupo focal de universitárias mães de crianças de até 12 anos. Apesar da maior abrangência, a maior parte das participantes têm filhos de até 3 anos e frequenta os cursos de pedagogia e psicologia.

Entre os relatos, o sentimento de culpa na distância dos bebês/crianças, o estresse nas relações estabelecidas entre trabalho somado a estudo e do relacionamento mãe e filha(o), a cobrança dos múltiplos papéis herdados pelas mulheres e o preconceito que sofrem na perspectiva que estão “cortando etapas” são fatores geradores de conflito. No entanto, a expectativa da melhora da vida familiar, mudança de vida após a formatura e o pensamento no futuro dos filhos são fatores motivadores na busca do término do curso.

Em sua conclusão o artigo apresenta a necessidade de pensar a mulher moderna, que tem sua subjetividade impactada pela busca de satisfação pessoal e busca por melhores condições socioeconômicas, e sobre a demanda da universidade ser um espaço de contribuição para a vida humana em sociedade e que proporcione proteção integral e prioritária às crianças.

Outro artigo que contribui com a temática desta monografia, de título *“Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilema da conciliação maternidade e vida universitária”* (URPIA, SAMPAIO, 2009) é mais uma das contribuições a respeito da perspectiva das mães universitárias e sua relação com a universidade e com os bebês. Neste artigo a autora utiliza de trechos das entrevistas realizadas em seu estudo para falar dos processos que as estudantes passam durante a maternidade, e encerra com uma proposta de pensar a universidade, levando em consideração a sua diversidade de perfil estudantil.

O texto se inicia com a contextualização sobre a condição das mulheres na sociedade como um todo e na universidade, levando em consideração as conquistas, como o maior ingresso das mulheres no ensino superior e a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Porém, salienta como o comprometimento com a casa e os filhos influencia em suas carreiras e no trabalho, na medida em que muitas buscam por jornadas parciais, interrompem a carreira para cuidar dos filhos mesmo que por pequenos períodos e sofrem dificuldades na sua reinserção. Por estes fatores, as autoras destacam como o ingresso de mulheres no ensino superior não é o suficiente para garantir condições de igualdade.

Adotando esta perspectiva, defendem que é necessário que a universidade entenda as políticas de permanência estudantil para as mães universitárias como um reconhecimento da necessidade de uma estratégias para combater as condições de desvantagem de permanência e desempenho, uma vez que são as mulheres que ficam como primeiras responsáveis por cuidar dos filhos.

Tomando como base algumas narrativas produzidas por sua pesquisa, as autoras intercalam as vivências das mulheres entrevistadas expondo algumas das questões que abrangem a vivência destas mães universitárias. Os relatos ilustram as inquietações, ansiedades e soluções que perpassam a vivência destas mães universitárias. O depoimento de Sara ilustra um pouco de como foi a constituição de ser mãe, sem planejar na juventude e os sentimentos e as mudanças relacionadas à situação.

“Foi horrível. Horrível. Pra mim foi horrível porque eu não queria ser mãe. Nunca quis ser mãe. E eu não estava com o pai dela. [...] Eu tinha uma vida ativa. Eu tinha dois estágios, eu trabalhava de domingo a domingo, eu saía muito com meus amigos, eu pegava muitas disciplinas. E aí, depois de Nina, depois que eu descobri que estava grávida, eu parei tudo isso. Larguei o estágio, não consegui fazer nada durante a gravidez. Eu fiquei feliz por estar assim. No físico, eu estava feliz com meu físico. Eu fiquei, me achava linda. Mas meu psicológico estava muito abalado. Eu chorava muito. (URPIA, SAMPAIO, 2009, p. 34.)

Ao falar da gravidez não planejada no percurso da formação de universitária, além da relação destas próprias mulheres em lidar com a situação, o fator da família é levantado, no caso dos depoimentos do texto. A família respondeu propondo um aborto e com a decisão de seguir com a gravidez, este processo seguiu sem apoio do pai e dos irmãos, que não lhe dirigiram a palavra a gravidez inteira. Além do agravante de como isso viria a ser recebido pela família, no questionamento “por que não se preveniu?” também é abordada a questão de saúde. Uma das experiências retratadas narra complicações na gravidez que a deixaram impossibilitada de sair da cama à partir dos três meses de gestação. A resposta da universidade foi a negativa de recurso para que ela fizesse as matérias em sua residência.

Lidar com a relação de escolher entre a universidade, que representa o primeiro passo para a conquista profissional e a maternidade, que é idealizada no contexto cultural, e a grande demanda da mulher nos primeiros anos da vida das crianças e portanto a principal responsável por seu cuidado, são questões que (URPIA, SAMPAIO, 2009) conceituam como uma dificuldade. Isso é dado uma vez que estas jovens passam por pensar um contexto de aprendizado tanto do ofício de estudante, passando pelo estranhamento inicial, o tempo de aprendizagem até a chegada no momento de afiliação, tudo isso ocorrendo em paralelo do aprendizado da transição para a maternidade.

Diante desta conjuntura, a possibilidade de acesso das crianças e bebês à creche surge como um importante recurso conciliador entre a universidade e a maternidade. O artigo tanto pontua as creches no seu papel como política para as mães e seus bebês e crianças, como destaca o campo da creche como política de redução de desigualdades de gênero. Assim, as autoras ponderam que:

A possibilidade do acesso de seus filhos à creche surge, assim, como um importante recurso no processo de conciliação maternidade-vida acadêmica, minimizando os efeitos das desigualdades de gênero que ainda persistem no âmbito da vida privada. (URPIA, SAMPAIO, 2009,p.38.)

Além da demanda da creche universitária, é também apontada a questão da necessidade de pensar neste espaço tanto por sua estrutura, como outros elementos que constituem este espaço, que deve ser um local de apoio psicológico também para as mães. Espaço que enfrenta, muitas vezes, problemas como falta de equipamentos adequados, espaços pouco apropriados ou não adaptados às necessidades infantis...

Já no ítem das considerações finais, as propostas de intervenção nos direcionam para dois movimentos: além de luta pelo fortalecimento das creches universitárias, também é preciso que a universidade tenha um olhar para esta estudante mãe, pensando na possibilidade de horários flexíveis para que a mesma possa amamentar, na possibilidade de conciliação entre os horários da creche e da universidade além de pensar no processo que abarca a retomada dos estudos, que deve ser incentivado pela universidade.

Além das contribuições acima, também é reivindicado que as universidades mudem seu olhar para com as estudantes e os estudantes e sua pluralidade.

[...] as diferentes condições juvenis presentes no contexto acadêmico, considerando que os universitários não correspondem a um todo homogêneo como parecia até pouco tempo atrás, ainda que existissem jovens em diferentes condições. Essas investigações nos permitirão lançar um olhar mais cuidadoso para uma população juvenil até então pouco problematizada, considerando-os não apenas na sua dimensão intelectual, como também emocional e relacional, levando em conta os diferentes recortes possíveis, sejam de gênero, de condição socioeconômica ou de etnia. (URPIA, SAMPAIO, 2009,p. 40.)

O caminho proposto na busca desta compreensão mais diversa da juventude está nas pesquisas que contemplam tantos processos de aflição intelectual e

institucional; que contemplem, por exemplo, processos ligados à sociabilidade juvenil e à sexualidade. Pensando a universidade como um espaço que esteja apto a atender às demandas de formação dos jovens em seus diferentes segmentos, evitando o fracasso e o abandono, e construindo este espaço com a participação de toda comunidade universitária na busca de políticas que não estejam numa concepção assistencialista mas que alcancem o patamar dos direitos e da cidadania.

Seguindo com a bibliografia encontrada no Google Acadêmico, o texto intitulado *A formação acadêmica das mães universitárias do campus Clovis Moura: Um olhar para a qualidade*, de autoria de Tereza Amorim, se inicia com a discussão da autora a respeito da sua associação com a temática. A autora se apresenta como *estudante do Curso de Pedagogia, mãe, esposa e educadora do ensino fundamental*, e que encontra em suas pares as mesmas dificuldades que as dela.

A autora inicia enumerando seus embasamentos teóricos sendo eles, *Coleman (1991)*, que estuda o gênero feminino numa sociedade de tabus e domínio dos homens, *Cardoso (2003)* que em seus trabalhos transcreve história e memória de mulheres universitárias de Teresina e as experiências delas em meio público e privado, *Carvalho (1999)* que pesquisa sobre a subjetividade da maternagem para o exercício da atividade docente nas séries iniciais.

Ainda sobre os referenciais teóricos, Amorim (2012) destaca dois textos como importantes para a conclusão do artigo: Castelo Branco (2005), que estuda a trajetória da mulher piauiense desde o século XIX até o XX e Bueno (2005) que trata do descompasso em ser mulher, mãe, esposa, trabalhadora, dentre outras possibilidades atribuídas ao gênero feminino.

Fundamentada por estes referenciais, a autora formula a sua questão de pesquisa que é “*De que maneira o papel de esposa e o exercício da maternagem interferem na qualidade da formação acadêmica das mães universitárias do Campus Clóvis Moura?*” Para responder a esta pergunta, a autora enumera quais os fatores que podem vir a interferir nesta qualidade, como as atividades extra acadêmicas, dificuldades em ingressar a universidade, a condição mãe-esposa...

O estudo se constituiu de quatro etapas, sendo elas: pesquisa e leitura, contagem de alunos e seleção das mães, entrevistas com as mães selecionadas e a conclusão da pesquisa. A etapa de coleta de dados ocorreu em cerca de dois meses. As entrevistas ocorreram de forma oral, com gravador, transcrevendo as

falas depois. As entrevistas foram feitas tanto nas residências, como na universidade e no trabalho das entrevistadas.

Em sua conclusão, o artigo apresenta o tratamento dos dados tabulados pela pesquisadora. Foram 62 entrevistadas e a maioria relata não ter ajuda nas tarefas domésticas, ficando todo o trabalho doméstico e materno para ser realizado após o expediente de trabalho e ou no horário da universidade. Elas tem em suas fontes de ajuda principais os próprios filhos, alguém da família que mora na casa e empregada doméstica.

Dentre as mães, um pouco mais que a metade (trinta e quatro das entrevistadas) diz que conciliar as atividades domésticas, de maternagem, trabalho fora de casa e a universidade é sua maior dificuldade. Logo em seguida, 15 mães dizem que a articulação entre o espaço público e privado associado com a falta de tempo. Para 5 a maior dificuldade é financeira dado que são provedoras do seus lares, 3 o não ter onde deixar seus filhos pequenos e 2 não se queixam de nenhuma dificuldade.

Após apresentar os dados, a autora conclui indicando que o papel de esposa e o exercício da maternagem interferem na qualidade da formação acadêmica destas mulheres, que apenas conseguem dedicar um tempo mínimo para os seus estudos e tem sua vida conjugal prejudicada, e que ver o quadro da maternidade como denúncia alavanca a demanda por creche como essencial para as condições não só de permanência, mas de qualidade nos estudos para estas mulheres.

Encerrando as produções contidas na pesquisa do Google Acadêmico, encontrei o mestrado em educação de Patricia Oliveira Brito, intitulado *“INDÍGENA-MULHER-MÃE-UNIVERSITÁRIA o estar-sendo estudante na UFRGS”*, onde a autora discorre tanto sobre a política de democratização do ensino superior, com o projeto de cotas étnico raciais e vestibular indígena, e também diz sobre a questão de permanência estudantil.

Ela explica que sua aproximação com o tema se deu por meio do seu trabalho como parte da assistência social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da qual no ano de sua entrada 2008, teve o primeiro ano do vestibular indígena. Diz que junto do vestibular, novas questões foram suscitadas na universidade, como parte da assistência social. Envolvida no processo, a autora se viu envolvida com a temática e isso foi o que fez com que ela buscasse realizar esta pesquisa.

Na busca de responder a pergunta *“Como ocorre a permanência de estudantes indígenas e mães que se inseriram em cursos de graduação na universidade através de vestibular específico?”*, a pesquisadora entrevista estudantes indígenas-mulher-mãe-universitárias, fazendo o uso deste hífen por uma perspectiva teórica de que nenhuma destas categorias se separa ou se hierarquiza na vida destas mulheres, com integrantes dos povos Kaingang e Guarani.

Em sua apresentação, Brito (2016) chama atenção para a pluralidade que são os povos que são denominados como “indígenas” no Brasil, que consiste em um generalizador que contempla diversos povos, etnias, estes que têm cada um suas especificidades porém que mantém reivindicando esta nomenclatura compreendendo a perspectiva histórica que os une.

Para a pesquisa em questão, os povos que têm seus depoimentos contemplados nas entrevistas são os Kaingang e Guarani. Apesar destes povos dizerem sobre a população indígena, é importante compreendê-los também nas suas especificidades, tanto quanto os diversos povos, como nas particularidades das diferentes aldeias e histórias de vida de cada uma das mulheres entrevistadas, que não podem ser consideradas como perspectiva para entender um todo como “uno” do que é ser índio ou indígena na universidade.

Ao falar na questão das mulheres-indígenas-mães na universidade, primeiramente a autora chama atenção para a demanda da população indígena por ensino superior, citando Luciano (2010, p.08) que também é conhecido como Gersem Baniwa. Para o autor:

O interesse dos povos indígenas pelo ensino superior está relacionado à aspiração coletiva de enfrentar as condições de vida e marginalização, na medida em que veem a educação como uma ferramenta para promover suas próprias propostas de desenvolvimento, por meio do fortalecimento de seus conhecimentos originários e do incremento de suas capacidades de negociação, pressão e intervenção dentro e fora de suas comunidades.

Devido a esta demanda, surge o vestibular indígena, do qual na UFRGS consta reserva de vaga para 10 cursos escolhidos pelos povos indígenas que construíram o processo, que variaram nos diferentes anos. Entre as diferentes configurações constava os cursos de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Agronomia, Direito, História, Comunicação Social-Jornalismo, Letras, Pedagogia, Serviço Social, Matemática, Ciências Sociais, Nutrição, Ciências Biológicas

Licenciatura, Educação Física, Psicologia, Farmácia, Engenharia Mecânica, Fisioterapia, Artes Visuais, Saúde Coletiva, Administração, Engenharia Ambiental e Administração Pública.

Os cursos da área da saúde foram os que tiveram mais procura, seguidos dos cursos de licenciatura. Além dos cursos, um dado explorado pela autora é a quantidade de mulheres inscritas nos diferentes anos, as mulheres por diversos anos foram as que estiveram entre a maioria das inscrições, e no ano de 2016 o vestibular indígena da UFRGS teve seu total de estudantes ingressantes na universidade constituído de mulheres.

O que traz a questão de pesquisa é o fato da gravidez e o casamento comumente acontecer na juventude para as mulheres indígenas. A incidência de mulheres-mães-universitárias-indígenas é um dado considerável, o que também traz à tona a diferença da concepção de maternidade para estas estudantes, dadas as suas especificidades culturais.

Dentre os relatos, as queixas da distância da família e às vezes das crianças é comum. A política de permanência também não contempla muitas demandas destas mães; a CEU (Casa do Estudante Universitário) não as contempla na medida que não permite que as estudantes morem lá com suas crianças e quando uma estudante faz a escolha de não morar lá para ficar junto da família, outras consequências se fazem presentes. Além da demanda de pagar aluguel, outras bolsas são cortadas, como alimentação e impressão.

A concepção de mulher das etnias indígenas apresentadas no texto compreende que a mesma é companheira do marido, e não menor em seus afazeres, e que tem os afazeres do lar, o artesanato, a colheita e os afazeres com as crianças como parte integrante do seu papel social. Nos relatos apresentados sobre a relação mulheres-indígenas e o ingresso na universidade, tanto por parte dos depoimentos dessas mulheres, como de outros representantes destes povos, o incentivo da entrada delas sempre se deu de forma igualitária e às vezes até mais incidente ao dos homens.

Uma das características que pode ter tido influência neste incentivo é que as carreiras da saúde muitas vezes se associam aos fazeres das mulheres na aldeia, como no auxílio de partos e outras atividades de cura, cursos estes que têm grande demanda nas aldeias de profissionais qualificados.

As mulheres Kaingang e Guaraní em suas entrevistas retrataram tanto as dificuldades do distanciamento de seus filhos imposto por estar na universidade, como as mudanças culturais propostas pela universidade neste contexto, que acaba muitas vezes propondo que os pais participem mais desta divisão. Isso era coisa que pouco acontecia previamente, porém majoritariamente quem fica responsável por estas crianças ainda são as outras mulheres. Além desta relação com as crianças, a dificuldade de continuar na faculdade também é um ponto presente dentre os depoimentos.

Em sua conclusão, a autora destaca a luta dos povos indígenas por direitos e suas conquistas com o vestibular específico e com a luta por expansão por permanência, dentre outras conquistas. Também fala da luta por permanência de suas terras, entre outras das quais estes povos ainda estão lutando, isso em um campo mais geral das lutas da população indígena. Quanto à universidade em específico, a autora faz um chamado para um olhar mais atento às mães indígenas e seus filhos, compreendendo sua centralidade:

Assim, no campo das intencionalidades, pretendi neste estudo, em que as mães indígenas e seus filhos são a centralidade, contribuir para que esta instituição e toda a comunidade que dela faz parte tenha a oportunidade, através da escuta dessas mulheres, de repensar e aprimorar suas lógicas, seus saberes e sua política de acolhimento e permanência, levando em consideração o feminino que elas carregam em seus ventres, em seus braços – e em suas alteridades. (Brito, 2016. p117)

Com este chamado a olhar para a universidade em suas multiplicidades de discentes, a autora indica que, por meio destas leituras, sejam desenvolvidas, aplicadas e acompanhadas novas políticas que compreendam e melhorem o acesso e a permanência das diferenças constitutivas dos estudantes da universidade como um todo.

Outros dois textos foram adicionados para a elaboração do presente trabalho, que não foram localizados por ferramentas de busca, mas sim indicados por orientação da Gabriela Guarnieri Tebet, sendo eles: *“Casa do Estudante Universitário - jovens mães/pais e suas crianças”* (2017) de organização coletiva de Sueli Salva, Neusa Maria, Roveda Stimamiglio e Camila Espelocin da Silva, e o texto *“Mães e universitárias: transitando para a vida adulta”*, de autoria de Ana Maria de Oliveira Urpia e Sonia Maria Rocha Sampaio (2011).

O texto de Urpia e Sampaio (2011) trata a questão da gravidez indesejada das jovens universitárias. Junto com diversas dificuldades da própria gravidez, se é somada a dificuldade na relação com os pais, o isolamento em relação com os pares, e também a estrutura da universidade que não é nada acolhedora para estas mulheres, narrativa muito semelhante a tese também defendida pelas autoras, anteriormente citada neste trabalho.

Já o livro de Salva et al. (2017), apesar de em seu título não utilizar a palavra “bebê”, faz menção à presença dos bebês nas Casa do Estudante Universitário (CEU) quando narra, por exemplo, a presença de mudanças na arquitetura das casas, com *berços*, *chupetas*, *mamadeiras*, assim como nos sons, de *choro* e *balbucios*. Assim como esta citação é feita de maneira quase que subliminar, também no corpo do trabalho a autora explica que foi feita a pesquisa com crianças e bebês.

A pesquisa realizada sobre as crianças na CEU (Salva et al, 2017), que faz menção aos bebês, se destaca na perspectiva da metodologia de pesquisa. As crianças participantes responderam a um questionário adaptado para a linguagem delas, que não necessariamente se apropriaram da linguagem escrita, dizendo se consentem em serem pesquisadas. O trabalho com os bebês foi o de buscar na corporeidade dos bebês, por meio da interpretação das famílias, fosse constatado se os mesmos se sentiam confortáveis a participar. Estes cuidados na metodologia, demonstram uma concepção de bebês e crianças inovadora, uma vez que não só tem os bebês e as crianças como norteadoras da pesquisa, como também demonstram a concepção de que são seres de sua própria história, dotados de desejos e vontades próprias, desassociado das mães e dos pais. Das crianças que responderam o questionário, todas consentiram em participar da pesquisa. Apenas duas crianças fizeram a escolha de não serem fotografadas, e tiveram o seu pedido acatado pelas pesquisadoras.

Após a leitura dos artigos, teses e dissertações supracitados, algumas reflexões novas foram surgindo. A primeira delas é a pouca quantidade de material relacionada ao tema em sua completude: mesmo nos acervos em que as resposta as palavras chaves foram de números maiores, a quantidade de artigos associados de fato era muito pequena ou inexistente.

Além da pouca quantidade de artigos, pouco foi explorado de fato sobre os bebês neste contexto. Os bebês são falados na relação, mas não são estes nunca

os protagonistas da pesquisa. Além disso, os pais, apesar de também parte deste processo, não são estudados na maioria das vezes e também apenas aparecem quando associados. A protagonista dos artigos em sua completude é a mulher, que apesar de estar no todo dos artigos ainda é pouco representada, dado que são poucos os artigos no tema.

Outra contribuição da leitura destes artigos é a necessidade de estudar a questão por mais campos do conhecimento. A maioria dos textos citados são do campo da psicologia, pesquisas na área da educação também estão presentes, mesmo que em minoria. Evidencia-se, portanto, a necessidade de mais áreas estudando sobre os bebês, as mães, os pais e os demais familiares

Algumas especificidades foram apresentadas nos diferentes textos. Tanto as diferenças nas políticas de permanência das diferentes universidades, como na configuração da universidade como um todo que influenciam nisso. Também algumas informações foram apresentadas em repetidos textos: tanto a demanda por creche universitária, como a necessidade de um olhar atento para estas estudantes e suas demandas específicas.

Outro ponto em comum entre os diferentes textos é a continuidade da luta destas estudantes. Tanto a continuidade dos seus cursos e a conclusão, como a conciliação dos diferentes papéis dos quais cada uma delas exerce em concomitância: mulher, esposa, mãe, universitária, trabalhadora entre outros.

### **3. UM PROJETO DE PESQUISA QUE SE DEDICA A PENSAR O IMPACTO DOS BEBÊS NA VIDA DE SUAS MÃES E PAIS, DOCENTES UNIVERSITÁRIOS**

Durante a pesquisa sobre a produção acadêmica que relacionava bebês e universidade, nos deparamos com a notícia de um projeto de pesquisa, em andamento, que poderia trazer significativas contribuições para o debate que pretendemos desenvolver neste TCC. Como parte do projeto de pesquisa, foi realizado um evento específico sobre maternidade e ciência e frente à disponibilidade do material do evento em versão digital, optamos por incluir aqui um diálogo com tal pesquisa e com as discussões promovidas no evento.

### 3.1. O Projeto “Parent in Science” e o Simpósio Brasileiro de Maternidade e Ciência



O I Simpósio Brasileiro de Maternidade e Ciência configura-se como um evento de divulgação dos resultados do projeto de pesquisa “Parent in Science”, coordenado por Fernanda Staniscuaski (UFRGS). O simpósio aconteceu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) entre os dias 10 e 11 de Maio do ano de 2018. Os dois dias do simpósio foram divididos entre 5 mesas/rodas de conversa por dia, totalizando 10 espaços de discussão. Dentre estes espaços, 9 foram ministrados em português, falando da conjuntura brasileira de mulheres na ciência e seus filhos e filhas, e um deles foi ministrado em língua inglesa, falando a respeito da realidade estadunidense.

O simpósio está todo disponível na plataforma on-line “*YouTube*”, assim como no site mantido pelo coletivo de pesquisadoras que integra o projeto *Parent in Science*. A escolha do termo em inglês é justificada devido a falta de uma palavra em português que signifique o conjunto entre maternidade e paternidade. Para a realização deste trabalho, foram assistidos os vídeos referentes a este projeto via internet.

Em uma de suas palestras iniciais, intitulada como “*Precisamos falar sobre nossos filhos!*”, a professora Fernanda Staniscuaski, da UFRGS, explica a história de como surgiu este projeto, assim como seu envolvimento com o tema devido a sua

história pessoal. A pesquisadora e mãe de dois filhos, apresenta uma problemática em comum entre docentes mulheres que passam por uma gravidez principalmente nos primeiros anos como docentes do ensino superior: *a queda de produtividade quando se tem bebês*.

Este fator por si só não é representativo do maior dos problemas, mas sim os impactos que esta queda de produtividade vêm a representar para a carreira destas mães e também na preocupação dessas mulheres em conciliar a responsabilidade inicial com a saúde e o bem estar destes bebês e seu próprio bem estar, este ficando muitas vezes em última instância ou quase inexistente.

A queda de produtividade muitas vezes tem efeito principalmente quando a concorrência em editais referentes às agências de fomento à pesquisa, que por não compreender esta particularidade das mulheres mães, colocam pré requisitos que as mesmas dificilmente conseguem cumprir depois do nascimento dos bebês.

Segundo Staniscuaski, o material sobre maternidade e ensino superior é escasso, e do pouco material disponível a maioria retrata sobre a realidade das estudantes e seus bebês, e não das mulheres quanto docentes e pesquisadoras, o que dificulta na busca de políticas públicas que articulem a especificidade dos momentos iniciais da vida, referentes aos bebês, como também as necessidades do ser mulher-mãe-acadêmica, referentes a docente.

Um fator apontado pela pesquisadora em questão a respeito das pesquisas realizadas pelo coletivo se dá no cuidado das crianças. Ainda é inexpressivo o cuidado dos homens com as crianças e bebês. Em sua maioria, o cuidado com as crianças se dá dividido entre a creche (ramo de trabalho majoritariamente feminino no Brasil) ou com suas mães.

Apesar de conciliar as carreiras, as mulheres dão preferência ao cuidado dos filhos e filhas. Porém um fator recorrente entre depoimentos coletados pela pesquisa, são os efeitos que estas dificuldades podem acarretar tanto para a saúde das mulheres. Isso é caracterizado em parte por quadros de depressão, devido à compreensão da não possibilidade de retomada da carreira científica em um mesmo patamar de produção do que era antes, assim como para suas filhas e seus filhos, uma vez que além de passarem pouco tempo junto de suas mães, muitas vezes a qualidade deste tempo é baixa, já que é comum que elas não estejam focadas ali, e sim preocupadas com demandas da universidade a serem cumpridas.

Durante as contribuições da mesa em questão, algumas das mulheres presentes também trouxeram contribuições para pensar na temática. Algumas trouxeram exemplos vivenciados em presenças em eventos internacionais que poderiam servir de inspiração para repensar a realidade brasileira, a exemplo de possibilidade de bolsa com acréscimo em dinheiro para mulheres que tenham filhos, para que possam levá-los ao congresso assim como eventos que contam com estrutura de “*day care*” para bebês e crianças dentro da sua organização.

Também dentre os comentários, uma das mulheres que assistia a palestra e não se identificou, falou sobre a participação de seu marido no cuidado do bebê, chega a dizer “*não lembro a 1ª vez que dei banho em meu filho por que foi meu marido quem deu*”. Outro comentário, de uma das integrantes do evento que assistia a palestra e não se identificou alinhado a esta perspectiva da participação paterna e exemplos internacionais, é o da diferença da licença sueca para a brasileira, uma vez que a licença sueca é de 480 dias, sendo 90 dias para cada um dos pais obrigatoriamente e os demais 300 dias a ser usufruído por qualquer um dos pais, de acordo com a decisão do casal<sup>2</sup>.

A programação do congresso foi constituída dos seguintes espaços de discussão da temática, disponível no site do *Parent in Science*:

- *Parent in Science* – um estudo detalhado sobre o impacto da maternidade na carreira científica das mulheres brasileiras  
Dra. Fernanda Staniscuaski (CBiot - UFRGS)
- Um panorama da participação das mulheres na ciência brasileira  
Dra. Márcia Barbosa (Instituto de Física – UFRGS)
- Mesa redonda - A participação feminina na pesquisa em diferentes áreas científicas  
Dra. Jeorgina Gentil Rodrigues (Ciências da Saúde - FIOCRUZ)  
Dra. Eugenia Zandoná (Ecologia - UERJ)  
Dra. Moema de Castro Guedes (Ciências Sociais - UFRRJ)
- Importância do cuidado parental no início da vida para o desenvolvimento da aprendizagem e memória: evidências de estudos com modelos experimentais.  
Dra. Pâmela Billig Mello-Carpes (Unipampa - Uruguaiana)
- Mesa redonda - Vencedoras do Prêmio L’Oreal Para Mulheres na Ciência  
Moderação: Dra. Ida Vanessa D. Schwartz (IB / HCPA – UFRGS)  
Dra. Pâmela Billig Mello-Carpes (Grupo de Pesquisa em Fisiologia – Unipampa)

---

<sup>2</sup> [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160106\\_suecia\\_parternidade\\_trabalho\\_fd](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160106_suecia_parternidade_trabalho_fd)

Dra. Adriana Neumann (Instituto de Matemática e Estatística – UFRGS)  
 Dra. Fernanda Werneck (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA)  
 Dra. Claudia Suemoto (Faculdade de Medicina - Universidade de São Paulo)

- Maternidade com Ciência: ampliando a comunicação de informação baseada em evidências científicas para gestantes e mães  
 Dra. Rossana C. Soletti (Uezo)
- Mulheres na ciência: forças invisíveis que influenciam a representatividade feminina  
     Dra. Leticia de Oliveira (Instituto Biomédico - UFF)  
 Dra. Karin Calaza (Instituto de Biologia - UFF)
- The Poetics of Mama-Scholars: Fostering a Culture of Care and Equitable Policies for Parents in Academia  
 Dra. Mari Castañeda (Universidade de Massachusetts, EUA)
- Maternidade na Universidade: Desafios para a construção da igualdade de gênero  
 Dra. Silvana Bitencourt (Departamento de Sociologia e Política - UFMT)
- Mesa redonda - Políticas de apoio para pesquisadoras mães  
 Moderação: Dra. Fernanda Staniscuaski  
 Dra. Jane Tutikian (Vice-reitora da UFRGS)  
 Dra. Lucia Pellanda e Dra. Jenifer Saffi (Reitora e Vice-reitora da UFCSPA)  
 Dr. Hugo Aguilaniu (Presidente do Instituto Serrapilheira)  
 Dra. Cristina Caldas (Diretora Científica do Instituto Serrapilheira)  
 Dr. Odir Dellagostin (Presidente da FAPERGS)

### 3.2. Em busca dos bebês nos debates do Simpósio Brasileiro de Maternidade e Ciência.

Após assistir os vídeos das atividades, destaco três mesas que abordaram os bebês por meio do relato de suas mães e pesquisadoras: a Mesa redonda - Vencedoras do Prêmio L’Oreal Para Mulheres na Ciência, Maternidade na Universidade: Desafios para a construção da igualdade de gênero, Importância do cuidado parental no início da vida para o desenvolvimento da aprendizagem e memória: evidências de estudos com modelos experimentais.

A mesa que apresenta as ganhadoras do prêmio *L’Oreal Para Mulheres na Ciência* conta com depoimentos das ganhadoras sobre sua vida acadêmica,

algumas desde a graduação até o doutorado, perpassada pelas potências e dificuldades de articular isso ao ser mãe.

Dra. Ida Vanessa D. Schwartz (IB / HCPA – UFRGS), apesar de mediadora, pede a palavra para fazer também uma contribuição sobre as particularidades da mulher acadêmica e mãe. A Geneticista relata que começou a tentar engravidar aos 36 anos, e também ganhou o prêmio, o prêmio foi muito bom para ela, mas teve sua filha só depois de tê-lo ganho. Por um ano tentou engravidar e não conseguiu. Obteve sucesso na quinta tentativa de fertilização in vitro. Após ter sua filha, teve em sua mãe a sua principal comunidade de apoio, e encerra sua fala fazendo um agradecimento para ela.

Dentre as convidadas, a primeira palestrante foi Dra. Pâmela Billig Mello-Carpes, da Unipampa, ganhadora mais recente do prêmio (vencedora da edição 2017 do prêmio em questão). Pâmela explica que engravidou no final da sua graduação em fisioterapia. Como graduanda, adiantou os estágios, e fez alguns trabalhos com o objetivo de passar algum tempo com seu filho ainda bebê, porém não chegou a ficar 6 meses.

Pâmela chama atenção para o fato que sentiu que, nesta época, parecia que as pessoas a sua volta contavam que sua carreira de pesquisadora acabaria. Apesar deste pré julgamento, ela não compreende esse período como um período de dificuldade para ela, mas sim a dificuldade de encontrar quem orientasse ela em seu trabalho final, assim como uma proposta de orientação para o mestrado.

Apesar das dificuldades, encontrou em seu orientador do mestrado, *Ivan Antônio Izquierdo*, um orientador muito compreensivo. Com a demanda de conciliar seu trabalho, com um marido também cientista, contou com o auxílio da família, principalmente sua mãe e irmão.

Hoje em dia, seu filho Vitor já é um adolescente. Como o princípio desta pesquisa é o de pesquisas sobre bebês, não me ative a estas partes do depoimento, mas a pesquisadora explica que mudaram as demandas devido a esta nova fase da vida do filho dela.

A terceira fala da mesa apresentada, Adriana Neumann, pesquisadora da área de matemática da UFRGS, inicia seu depoimento com uma fala de uma colega mais velha também da área de matemática que marcou sua visão sobre a maternidade, esta sua colega lhe disse que *a melhor profissão para ser mãe seria a de pesquisadora de área de matemática, contanto que tenha organização.*

Após esta retomada do relato da colega, Adriana começa a contar sua história pessoal como mulher-mãe-pesquisadora. Terminou o doutorado no ano de 2011, 3 anos depois começou a sentir a necessidade de ser mãe, por suas palavras “sentiu o relógio biológico tocando”, mesmo narrando a relação tranquila caso houvesse a necessidade de uma adoção, Adriana começou a tentar engravidar no ano de 2014.

Em 2015 sua filha nasce. Apesar do sonho de ser mãe realizado, o nascimento da sua filha foi perpassado por diversas dificuldades. Ainda grávida, recebeu um diagnóstico de colestase gestacional, doença que afeta o fígado. Sua placenta não amadurece junto do crescimento do feto, e com 34 semanas foi decidido que sua filha precisava nascer. Além das complicações da gravidez, a filha dela foi para a UTI com problemas respiratórios e começou a ser amamentada no sexto dia de vida.

A família dela é do interior, região longe de onde ela estava com a bebê, durante o período que ela permaneceu na UTI, ela ficou sozinha no hospital, por todo o tempo junto da bebê. Em um momento posterior, ela também ficou internada por um período. O marido usou parte da licença que tinha no trabalho para acompanhá-la no hospital junto da bebê, porém não foi o suficiente, o que fez ser necessário que a mãe dela largasse o emprego em outra cidade para ficar de acompanhante dela no hospital.

Durante este período em que ela e sua filha ficaram no hospital, que totalizou 2 meses, ela não respondeu e-mails e também não atendeu a nenhum telefonema. Após o ocorrido, Adriana sentiu a necessidade de fazer slides explicando sua situação neste período, e encaminhou a colegas de profissão.

Cuidou da bebê durante o período de 6 meses da licença maternidade, e tinha em sua cabeça que apenas isso que fez durante este período. Apenas em uma conversa posterior com uma amiga, foi que ela observou que na realidade ela havia feito uma série de coisas referentes a universidade neste período. Na volta da licença, em um primeiro momento disse que não se dedicaria à pesquisa, e sim só à docência, porém logo seus planos foram mudados e ela acabou se envolvendo também na pesquisa.

A carreira de cientista acabou por ser uma escolha também para que ela tivesse a filha por perto. Escolheu ter uma babá em casa cuidando da sua filha, amamentou por livre demanda até os 6 meses, quando ainda estava de licença maternidade e depois sua filha foi amamentada com tranquilidade até os 2 anos.

Com quase dois anos de idade, sua filha passou a frequentar os espaços de educação infantil, e então toda a organização anterior planejada por ela mudou, dado que agora sua filha e ela tinham novas demandas. Um fator presente na história de Adriana a de dificuldade de distanciar-se da filha. Apenas viajou para congressos após a filha completar 2 anos de idade, que ia junto dela. Contava com a ajuda da mãe e do seu marido, que conciliavam as férias para acompanhá-la nestes eventos. Apenas quando sua filha completou 3 anos que ela pode frequentar congressos sem a criança.

Medos, culpas e preocupações são perpassados do discurso da matemática Adriana, a demora da filha dela ao falar, a filha que preferia ela ao marido, principalmente pelo vínculo inicial da amamentação, são alguns exemplos destas questões.

Como mensagem final, ela deixa a seguinte frase *“Temos que parar de nos cobrar tanto”*. Para embasar esta frase a pesquisadora conta uma pequena anedota sobre uma conversa com um colega, que ao se ver também com um bebê em casa, e vendo o trabalho que dá e a dificuldade de equilibrar com a docência, pergunta para ela “como você está dando conta?”, e ela de prontidão responde “eu não dou conta!” e ele questiona a afirmação da colega e indica que é “claro que dá!” e ainda afirma para a colega: “você continua mantendo sua carreira da mesma forma!”. Ao ver a diferença na visão que seu colega de profissão tinha sobre ela, e como ela mesma se via, ela chegou a se perguntar, será que seu colega estava certo? será que ela mesma estava certa? A conclusão que ela tira é que não dá para saber, talvez ela apenas está tendo um tempo de qualidade no trabalho. E vendendo uma ideia de mãe como incompetente por ser mãe, quando na realidade isso não acontece.

Como terceira participante da mesa, Fernanda Werneck, Bióloga, mestre e doutora na área de biologia, e mãe de Lara, é pesquisadora da Universidade Federal da Amazônia, ganhadora do prêmio nacional em 2016, e internacional em 2017. Em sua fala inicial, contribui com índices referentes a desigualdades de homens e mulheres em docência. Quando comparadas com pais, as mulheres chegam a índices de menos de 35% de homens também com filhos em cargos nas universidades. A mera intenção de ter filhos diminui a possibilidade de qualificar para concursos para doutorado do ensino superior.

Sua filha Iara nasceu na fase do mestrado. Apesar das possibilidades de expandir o tempo do mestrado, escolheu por defender no prazo devido ao ganho de bonificações caso o fizesse. A bióloga enumera alguns fatores como determinantes para o seu sucesso na carreira, ainda que associados a maternidade. A criação da filha na fase inicial do mestrado é um deles. Outros fatores importantes que Fernanda considera como primordiais para esse acontecimento, são o da forte comunidade de apoio que Fernanda conta, assim como seu parceiro, que além de ser alguém que apoia, divide com elas as tarefas. O marido dela também é biólogo, entrou no doutorado junto com ela, do qual fizeram no exterior, os dois e Iara, o que ela considerou um fator importante para a compreensão por parte dele do que ela faz como pesquisadora.

Em suas contribuições finais, Fernanda aponta para a necessidade de se encorajar as mulheres na área científica, com iniciativas como o programa mulheres na ciência. Assim como a necessidade de repensar as relações no interior dos departamentos das universidades, para que não se reproduza a ideia de divisão de tarefas por gênero, do qual os homens lideram e vão aos trabalhos de campo, enquanto as mulheres fazem atividades mais ligadas aos laboratório, escrita dos relatórios e preenchimentos de atas de reunião. Ambos os sexos devem ao menos tentar fazer todas as atividades acadêmicas, uma vez que estas e estes serão os cientistas de amanhã.

A última das contribuintes desta mesa é a pesquisadora na área médica, Dra Cláudia Suemoto, da faculdade de Medicina da USP. Filha de pais japoneses, Cláudia chama atenção para a centralidade da educação na criação que teve da sua família. Sua mãe é um ponto de referência, foi a 12ª filha de uma família grande, e escolheu aos 18 anos ir para São Paulo estudar, sendo a única da família a fazer faculdade.

Cláudia é pesquisadora na área Médica geriátrica. Pesquisa a demência, uma doença que não tem cura. Fez mestrado e doutorado nesta área e chama atenção da demanda de estudos brasileiros sobre isso, uma vez que não tem como utilizar dados de outros países (a exemplo da Finlândia) como parâmetro para compreender a realidade brasileira da doença.

Teve sua filha aos 30 anos, quando estava ainda na fase do doutorado. Seu orientador incentivou que durante este período ela fizesse algumas coisas referentes a pesquisa, mesmo que no ritmo dela. Durante este período posterior ao nascimento

da sua filha, sua filha ficava na sala ao lado do consultório, com uma mulher que cuidava da bebê, para que ela pudesse alimentar a bebê entre um intervalo e outro.

Após o doutorado, mesmo com as dificuldades motivadas principalmente por sua insegurança, começou a estudar estatística, separou do pai da sua filha, e foi fazer mestrado em Harvard. Neste momento, sua filha já não era mais um bebê. Claudia ganhou o prêmio em 2016, hoje sua filha tem 12 anos.

As contribuições da plateia, retomam os estudos apresentados no congresso por a então pesquisadora Pâmela, estudos estes que serão apresentados a seguir.

Na palestra sobre a *Importância do cuidado parental no início da vida para o desenvolvimento da aprendizagem e memória: evidências de estudos com modelos experimentais*, ministrada pela Dra. Pâmela Billig Mello-Carpes (Unipampa - Uruguaiana), anteriormente citada nos relatos do prêmio L`Oreal<sup>3</sup>. A pesquisadora apresenta estudos realizados com ratas e seus filhotes, do qual a pesquisadora analisa o desenvolvimento da aprendizagem e da memória destes filhotes em decorrência de exposição a períodos de privação de cuidados maternos.

A escolha deste estudo experimental foi fundada no princípio de que no começo da vida o potencial de mudança cerebral é considerável. O cérebro humano, segundo a pesquisadora, nasce com menos estruturas prontas do que o dos outros animais. Apesar disso, o bebê humano nasce pronto para aprender. São três os fatores principais nos primeiros cinco anos de vida: a nutrição, o afeto e o cuidado do outro.

Estes cuidados influenciam positivamente e negativamente a neuroplasticidade. Os estímulos positivos estimulam a expansão da neuroplasticidade, enquanto os estímulos negativos tem efeito de diminuição das conexões, também interferindo na neuroplasticidade.

Nesta perspectiva, a negligência de cuidados pode gerar problemas para o desenvolvimento cognitivo, da memória e do aprendizado. Uma vez que os bebês ao

---

<sup>3</sup> (...)em parceria com a UNESCO e com a Academia Brasileira de Ciências, o Programa “Para Mulheres na Ciência”. O Programa, que está completando 13 anos no Brasil e 20 no mundo, tem como motivação a transformação do panorama da ciência, favorecendo o equilíbrio dos gêneros no cenário brasileiro e global, incentivando a entrada de mulheres no universo científico. Na edição local, anualmente são escolhidas sete jovens pesquisadoras de diversas áreas de atuação que são contempladas com uma bolsa-auxílio para ser investida em sua pesquisa. O prêmio já reconheceu 82 cientistas promissoras, que receberam impulso extra para dar prosseguimento em seus estudos e incrementar o desenvolvimento da ciência no Brasil. Mais informações sobre o prêmio no site <<https://www.paramulheresnaciencia.com.br/>>

sentirem uma necessidade, comunicam, e caso esta necessidade seja suprida, eles comunicam, caso não, eles deixam de confiar. Mudanças também ocorrem nos cérebros maternos quando se tem filhos, devido ao tempo reduzido da palestra, as mudanças cerebrais da mãe são pouco tratadas, uma vez que segundo a palestrante não eram o objetivo principal do estudo.

O estudo experimental em si, consistiu em observação de ratas fêmeas e seus filhotes. Por períodos curtos, de 3h, os filhotes eram afastados de suas mães sem a privação de comida e conforto térmico. Após um tempo de estudo, na vida adulta dos ratos, foram feitos testes de memória; os que foram privados na infância de cuidados das mães, mesmo que apenas por curtos períodos de 3h tiveram efeito em suas memórias até a vida adulta.

Apesar deste estudo, a pesquisadora faz uma ressalva: diferente dos humanos, na espécie dos ratos apenas a fêmea fica responsável pelos filhotes, por uma questão biológica. O cuidado com os bebês e as crianças é importante, porém não deve ser apenas das mulheres.

Como contribuições, as mulheres trouxeram alguns pontos interessantes para a reflexão: as mudanças no cérebro da mãe foram sentidas por uma das integrantes da platéia, que chega a falar que após o nascimento de seu bebê, sentia seu cérebro “*como uma gelatina*” que também chama atenção para a necessidade de se ter mais empatia com a situação das mães e a especificidade do momento da amamentação. Os 4 meses de licença representam muito pouco, e as mães vêem que tem que abrir mão por causa da carreira.

Outro ponto levantado, são as diferenças entre humanas e ratas. Em procedimentos experimentais, é possível observar que o macho dos ratos não acolhe o bebê na ausência da mãe. A única coisa que consta na literatura é a adoção por uma ratinha de filhos de outra ninhada. Um fator importante levantado, é a diferença no ciclo de vida dos ratos/humanos. Apontou-se que uma mãe humana ausente não traz marcas tão significativas como no caso de uma mãe rata. Entre os humanos, um período de qualidade é mais marcante do que entre os ratos.

Vale ressaltar que no caso dos humanos, não apenas o pai ou a mãe se responsabilizam pelo cuidado dos bebês, mas como já apontado por outras participantes do evento, um conjunto amplo de pessoas acaba compondo a rede de apoio de quem tem filhos (como as avós dos bebês, tios, e babás). Nesse sentido, torna-se delicado qualquer generalização dos resultados da pesquisa com os ratos,

em relação aos humanos, pois a ausência da mãe no caso dos humanos, não significa privação de cuidados ou afeto em relação aos bebês.

Uma das contribuições finais é a da pesquisadora Silvana Bittencourt, que faz sua fala relacionando a sua pesquisa com mulheres pesquisadoras. Também coloca a necessidade de pensar a dificuldade de mulheres que tenham filhos com especificidades, tais como dislexia, autismo e síndrome de down, que são representante de um certo medo entre as mulheres que pensam em engravidar quando mais velhas.

Além deste medo, traz a necessidade de pensarmos nas pesquisas nas demandas desta condição de maternidade, que têm maiores demandas de cuidados. Aponta a carência em políticas institucionais que assegurem a estas mulheres melhores condições de vivência, a possibilidade de fazer trabalhos flexíveis é a única política pública que respalda essas mulheres.

A pesquisa de Silvana Bittencourt da UFMT foi destacada como uma das mesas do simpósio, intitulada *Maternidade na Universidade: Desafios para a construção da igualdade de gênero*, que em seu doutorado estudou as doutoras mães, grávidas e não mães, baseado na tese intitulada “*Candidatas a ciência: construções entre maternidade e carreira para mulheres que cursam doutorados na universidade federal de Santa Catarina*”.

Para a construção deste item do capítulo foi articulado o que foi dito pela pesquisadora Silvana em sua palestra para o simpósio com a leitura da sua tese de doutorado<sup>4</sup>, defendida no ano de 2011 na Universidade Federal de Santa Catarina.

---

<sup>4</sup> Esta pesquisa não foi localizada na busca inicial, foi encontrada posteriormente por meio do google acadêmico com as indicações do nome da autora e o título presente na descrição da mesa na programação do I Simpósio de Maternidade e Ciência.

### 3.2 *Candidatas a ciência* e os Bebês: Contribuições da tese de Silvana Bitencourt



<https://www.douradosagora.com.br/noticias/politica/desafios-das-maes-universitarias-e-projetos-em-analise-no-congresso>

Em sua palestra no simpósio, a pesquisadora Silvana Bitencourt utilizou o material referente à sua tese de doutorado, defendida no ano de 2011. Na época ela, como estudante de doutorado, buscou fazer um afastamento teórico e estudar o próprio doutorado. Buscou de início pesquisar apenas uma parcela das estudantes envolvidas no doutorado, porém compreendeu que para entender esta parte, ela precisaria estudar o todo.

Na tese a autora dialoga com Bourdieu, considerando a universidade como um campo. E considerando também que estas mulheres que fazem parte do ensino superior, sendo uma maioria, passam por dilemas e desafios que dizem sobre suas vidas pessoais e isso tem influências na sua produção acadêmica.

Tanto na sua fala, quanto em sua tese, a autora chama atenção para o discursos médico, que muitas vezes quando vinculado na mídia e também referente aos que acompanham as mulheres em consultas, indicam uma relação entre fecundidade e cronologia.

A maternidade também compreendeu a relação entre cronologia e fecundidade, divulgada pelos médicos na mídia, que aconselha as mulheres a não demorarem muito a terem o primeiro filho. (BITENCOURT, 2011 p.253)

A presença e ausência da maternidade é perpassada pela pesquisa, relacionado tanto com a cronologia, como o estigma e o medo de ter uma criança com alguma deficiência e a relação ou não com parceiros que queiram filhos.

‘A maternidade passa por uma escolha racional, pois o risco de ter filhos compreendidos como “anormais” tem feito doutorandas também sentirem-se ainda mais distantes de concretizar seus projetos reprodutivos. Primeiro pelo motivo de não ter um companheiro a fim de casar e ter filhos e segundo por suas idades reprodutivas terem um prazo de validade para ter filhos biológicos. A possibilidade de adoção não foi comentada por estas mulheres. (BITENCOURT. 2011 p.253)

Por tratar-se de uma pesquisa de campo, essa relação entre o discurso médico associado com os fatores tratados acima está presente na fala de uma das participantes da pesquisa:

A enunciação da doutoranda Carina mostrou-se significativa nesta constatação. “Estava ontem vendo um programa de TV sobre idade reprodutiva e creio que não terei mais filhos biológicos, acho que adotarei, já tenho 34 anos e isso aumenta a probabilidade de ter filhos com síndrome de Down” (Carina, 34 anos, doutoranda, diário de campo, 25/02/2010). (BITENCOURT, 2011 p. 40)

Também fazem parte do foco deste estudo as mulheres que engravidaram durante o doutorado. Estas, por sua vez, contribuem com narrativas que perpassam a esperança e o preparo para um cuidado mais intensificado com os bebês ao menos nos primeiros meses, e os desafios de lidar com os colegas, orientador, a nova realidade financeira e os bebês em si.

Para as estudantes gestantes, a maternidade, à primeira vista é compreendida por meio de um sentimento de “medo”, medo do “estranho”, “do desconhecido”. Ou seja, o filho e as mudanças parecem poder influenciar muito seus cotidianos. Passado o susto inicial, a maternidade é assumida como um acontecimento que exige nova programação dos custos materiais do casal. (BITENCOURT. 2011 p 265)

Uma nova dinâmica aparece à partir da página 265 da tese em questão, no capítulo *Quando se é mãe no Doutorado*. Os bebês não fazem mais parte da pesquisa apenas no campo da hipótese, com os discursos das mulheres sem filhos e das gestantes, se passa a narrar as histórias das mulheres com seus bebês e suas historicidades. Na relação doutorado-maternidade, as mulheres tendem a priorizar o

segundo fator, esta constatação não está apenas nos depoimentos apresentados pelas colaboradoras deste estudo, mas também em outras bibliografias que a autora dialoga.

Neste sentido, as doutorandas mães enfatizam que sofrem desvantagens em suas qualidades de vida, pois precisam dividir o tempo entre maternidade e Doutorado. No entanto, afirmam que priorizam a relação com os filhos em suas vidas. Araújo (2006) constatou que as doutorandas mães nutrem um sentimento de responsabilidade pelo cuidado dos filhos que dificilmente as deixa livres para se dedicar integralmente ao Doutorado. Com relação a este sentimento de interdição, que a mulher sente em deixar os filhos por causa do trabalho acadêmico, a autora constatou que tende a ocorrer não apenas no plano longo (por exemplo, na ida para o estrangeiro), mas também no plano curto (por exemplo, ficar na universidade durante à noite ou ao fim de semana)". (ARAÚJO, 2006, p. 147). (Apud. Bitencourt. 2011 p 265)

Os bebês podem representar prioridade, porém a instituição de ensino, que é um lugar que tem prazos e cobranças com estas mulheres, também têm seu lugar na divisão de prioridades destas mulheres. Um dos depoimentos das colaboradoras que apresenta estes pontos, é o da Maria Flor, doutoranda em Ciências Sociais.

Às vezes, você está num momento em que o bebê não está bem, em casa e você tem que fazer uma crítica a um autor contemporâneo. Essa é dificuldade: ter que lidar com coisas adversas no seu próprio ser, no seu próprio interior: ter que ser boa mãe e não deixar o bebê piorar a febre. Ter que ser boa o bastante para ter lido todo o texto como os colegas e ter feito uma boa crítica sobre um determinado autor ao mesmo tempo, na mesma tarde! Porém, não acredito que esses conflitos, na maioria das vezes internos, possam vir a ser motivo de preconceitos ou diminuição de valor. (Maria Flor, Ciências Humanas). (BITENCOURT, 2011 p 266)

Além da questão da saúde dos bebês relacionada a vivência destas mães e obrigações com o doutorado, outras especificidades desta relação são apresentadas pelos depoimentos das colaboradoras mães. Os principais pontos destacados são eles, os custos emocionais e materiais para o cuidado dos filhos, a diferença de uma comunidade de apoio para a criação destas crianças, seja ela familiar ou a possibilidade de contar com as creches e a desigualdade de gênero na criação, tanto em contextos familiares de matrimônio, como a de separação.

O depoimento de Helena, é cheio de fragmentos que explicitam a relação desigual entre homens e mulheres e o cuidado dos bebês.

No dia real eu estou sempre correndo. Eu estou sempre cansada. Pois, imagina, carregar a minha

filha. Imagina, carregando bolsa, carregando aquilo. Tem sempre a preocupação, de repente, alguém me ligar. Precisa trazer um lanche, tem que buscar porque está com febre. Então, eu acho que a pesquisadora não tem isto, a pesquisadora normal sem filhos, ela vem e tem tempo para se dedicar com aquilo. Ela não tem a preocupação com uma pessoa, sabe de uma pessoinha que depende dela. Então, eu acho que isto faz você ser diferente. Até mesmo a questão da cabeça. Sabe? De você chegar de cabeça limpa ou aí briguei com o marido, briguei com o namorado. É diferente do que ter a preocupação com a criança. Eu acho que nunca estou 100% aqui. (BITENCOURT, 2011 p 267)

Após contribuir com estes relatos, ela reivindica a relação com seus orientadores, antiga e atual, sendo a antiga mulher e o atual um homem.

Eu vejo isto, até pela questão da minha orientadora antiga e do meu orientador agora. Eles têm filhos, mas como eu considero a questão de homens pais diferentes da questão de mãe com filhos de mulher mãe. Eu acho totalmente diferente, eu acho que quando um casal têm filhos, a mulher vai estar com essa criança o resto da vida. É um filho dela, é uma responsabilidade dela, raramente vai abandonar. Diferente do homem, que quando ele quiser virar as costas, diz: 'estou indo embora'. Ele vai. Ele não tem aquela obrigação, ele não tem aquela ligação, ele vira as costas e simplesmente sai. (BITENCOURT, 2011 p.268).

A comunidade de apoio foi apontada como importante dentre as contribuintes do processo também, porém, as creches, ou as chamadas “escolinhas” são mais frequentes entre os relatos dado que algumas mães não têm familiares próximos ou próximos na cidade em que fazem o doutorado. Destaco os depoimentos de duas das contribuintes: uma que mesmo com uma vasta comunidade de apoio, após um certo período faz a escolha de deixar a filha na creche, e outra que tem na escolinha a alternativa a ausência de uma comunidade de apoio.

Eu tenho a minha família toda, meus pais moram aqui, os meus irmãos, o meu marido também. Então, foi assim, com um tempo a minha sogra cuidou, a minha mãe. Com um ano e meio eu já coloquei os dois na escolinha, assim. A menina fica em período integral. Meu menino fica com a minha mãe e de tarde na escola, a menina está ficando em período integral. (Rúbia, Ciências Exatas). (BITENCOURT, 2011 p 290)

Meu filho foi para escolinha desde os sete meses. Às vezes, o período vespertino e, às vezes, período integral. Quando tinha necessidade, quando eu tinha que ir para as disciplinas do Doutorado. Não era fácil deixá-lo tão pequeno, tão cedo e ficar o dia todo longe e à noite chegar e ele, às vezes, já estar dormindo. Mas, hoje sei que valeu a pena. Tento recuperar os momentos que não estou com ele. Também tem o fato dele adorar a escola, seus amiguinhos. Isso dá um certo conforto. Mas, tem uma coisa que prejudicou muito ele na escola: a saúde. Qualquer virose passava fácil de uma criança para outra e isso debilitou mesmo ele. Foi uma

fase difícil dos dois aos três anos de idade para o nosso filho e para nós. (Maria Flor, Ciências Humanas). (BITENCOURT. 2011 p 290)

As narrativas acima são recorrentes também entre as outras contribuintes. A “*escolinha*” como é citada pelas contribuintes da pesquisa, ou a instituição de educação infantil neste contexto acaba sendo uma condição de permanência estudantil para estas estudantes. Na mesma medida o depoimento da estudante Maria Flor chama atenção para outro agravante: a questão da saúde dos bebês que frequentam a creche desde muito novos fica debilitada. Isso prejudica tanto os próprios bebês, como também a própria condição de saúde da mãe, assim como gera contratempos com o doutorado.

Os bebês, portanto, tomando como base a pesquisa realizada pela pesquisadora Silvana Bitencourt, são majoritariamente cuidados por mulheres, em sua maioria mães. Em alguns casos em que estas mulheres contam com uma comunidade de apoio, este cuidado é estendido principalmente para as avós.

São pouquíssimos os relatos em que os homens aparecem como protagonistas do cuidado. Dentre os relatos, apenas são citados os cuidados dos pais, em uma perspectiva de manutenção financeira dos bebês, ainda que com uma ressalva da diferença de pais que se separam.

O nível da educação infantil perpassa a vivência de vários desses bebês. Em sua maioria começam a frequentar a creche ainda muito novos, principalmente por uma demanda das mães, que sem comunidade de apoio, sem a presença dos pais no cuidado e com as demandas do doutorado, tem neste recurso uma parceria de cuidado e educação dos bebês, quando conseguem vaga na creche ou quando possuem recursos para pagar uma instituição privada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



Disponível em: < <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/12/maes-querem-direito-de-levar-os-filhos-para-salas-de-aula-em-universidades.html>>

Os dados da pesquisa que realizamos nos permitem observar a escassez dos estudos de bebês em contexto universitário. Tanto na perspectiva de falta de pesquisas sobre sua(s) mãe(s) e seu(s) pai(s) e suas especificidades, que seriam os diretamente relacionados com a universidade, por vínculo institucional, mas também as poucas pesquisas que trabalham os bebês como protagonistas de sua própria história e seres ativos, como foi proposto no artigo de (ABRAMOWICZ, TEBET, 2018), compreendendo sua potencialidade como campo de pesquisa.

As universidades, apesar de estarem ao decorrer dos anos modificando-se para receber os bebês, com políticas como a das creches universitárias, ainda não tem mudado muito da sua estrutura para compreender as demandas específicas de ser mãe e conciliar isso com as obrigações institucionais. Um fator marcante do cuidado dos bebês ser tão referenciado as mães no Brasil, e a desigualdade de gênero que isso implica, é que em diferentes bibliografias lidas para este trabalho, assim como nas palestras assistidas do simpósio, é recorrente a citação sobre o

impacto que os bebês tem na carreira das mães, que em contrapartida é inexpressivo na carreira dos pais.

Ainda que com dificuldades, as mulheres-mães-universitárias se dividem em relacionar a essas diversas facetas, na tentativa de balancear estes pontos com outros lugares que elas também perpassam na sociedade, mesmo que apresentando dificuldades como o julgamentos dos/das colegas, relação de dificuldade com orientador e em muitas vezes é narrada a dificuldade encontrada na não participação dos seus companheiros e ou pais das crianças nos cuidados domésticos e com os/as bebês.

Os dados são escassos, porém ainda assim trazem algumas informações sobre a vivência das/dos bebês quando associados a universidade. Aparentemente as mulheres prevalecem como principais responsáveis em relação ao seu cuidado. No lar, as mães e as avós são as principais responsáveis, e nas creches, local muito acessado por estes bebês, inclusive em muitas vezes ainda nos seus primeiros meses, levando em consideração os diversos relatos coletados por este trabalho, esta relação se repete, uma vez que é um local de trabalho em que as mulheres ainda são dominantes.

As suas mães, em muitas situações os colocam como prioridade, preterindo o trabalho para seus cuidados. Posicionamento que muitas vezes não é bem visto pelas instituições e agências de fomento. Ainda assim, o movimento, “Parent in Science<sup>5</sup>” por exemplo, vem promovendo ações para melhorar as formas de conciliação entre universidade e as demandas de mães e pais, a exemplo da reivindicação de que as agências de fomento e as instituições de ensino superior ajustem os prazos, tomando como base o tempo que docentes ficam afastados e um campo no curriculum lattes que seja possível se colocar o nascimento dos filhos e das filhas.

Apesar destas observações, faltam estudos sobre bebês, não só que os coloquem em destaque na pesquisa, e não como aquele que tangencia os estudos principalmente das mulheres, mas também estudos que contemplem estes bebês

---

<sup>5</sup> Notícias relacionadas com as movimentação do Parent in Science  
 <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/07/19/maternidade-no-curriculo/>>  
 <<https://twitter.com/mulhernaciencia/status/996809055246090242>>  
 <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2018/11/13/cientistas-mulheres-pedem-inclusao-de-periodo-de-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes.ghtml>>

em suas diversidades, sendo elas dos corpos, sociais, culturais, históricas, psicológicas...

Falando também sobre suas cuidadoras e seus cuidadores, é preciso que sejam realizados mais estudos sobre famílias que estejam associadas a universidade e que tenham em seu seio familiar um bebê, também é necessário que sejam feitos não apenas mais estudos na área, mas também estudos que contemplem as diversidade entre elas, tanto em constituição familiar, com famílias de casais LGBTs, monoparentais, com pais divorciados, ou bebês adotados.

A caráter de curiosidade, não só faltam pesquisas sobre as diversidades supracitadas, como também as representações imagéticas, são escassas para retratar corpos em sua diversidade no contexto universitário. Para realizar esta pesquisa, com o objetivo de ilustrar os capítulos, busquei imagens de bebês em contexto universitário e de suas famílias, e a gama de fotografias que mostram bebês não brancos, assim como seus familiares, é muito escassa, quase inexistente. As pessoas com deficiência também foram pouco representadas, tanto entre os bebês como em suas famílias, e até mesmo as mulheres, que são mais citadas como relacionadas com bebês nas pesquisas, foram minoria entre as imagens.

Além da diversidade na constituição da família, também é necessária a diversidade quanto aos corpos e grupos sociais das/os integrantes, a exemplo de diferentes grupos étnicos, pessoas com deficiência, pessoas em situações de vulnerabilidade social, refugiados, de diferentes gêneros e classes sociais.



[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/21/actualidad/1521618286\\_147605.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/21/actualidad/1521618286_147605.html)

Também pontuando a necessidade de pesquisas com bebês, que entendam suas particularidades no modo de pesquisar, com pesquisas que não só tenham o bebê como centralidade, mas que busquem metodologias que não sejam transposições de estudos com crianças, e que entendam as especificidades de se pesquisar com aqueles que pouco falam, têm fluídos por todos os lados e que ainda assim, demonstram de outras formas suas construções culturais e sociais com o mundo e para o mundo.

Embora este trabalho apresente diversas dificuldades, principalmente para as mães e universitárias, nos diferentes grupos que constituem a universidade, a luta destas mulheres para a permanência e ocupação deste espaço é diária e presente, e não deve ser deixada de lado. Como mulher, levo essas histórias como inspiração, ainda que compreenda as diversas desigualdades que ainda teremos que lutar na busca de ambientes mais justos, democráticos e diversos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 809-832, Dec. 2012.

AMORIM, Maria Tereza. A formação acadêmica das mães universitárias do campus clóvis moura: um olhar para a qualidade. Campina Grande. Realize Editora. p 1-11, 2012.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o Mito do Amor Materno. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL, LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Brasília, DF, AGO 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 12 de nov. 2018.

BARROSO, Carmen Lúcia de M.; MELLO, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.15, p.47-77. dez. 1975.

BITENCOURT, Silvana Maria. **CANDIDATAS À CIÊNCIA:: A COMPREENSÃO DA MATERNIDADE NA FASE DO DOUTORADO.** 2011. 344 f. Tese (Doutorado) - Curso de Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95888>>. Acesso em: 02 dez 2018.

BRITO, Patrícia Oliveira. **INDÍGENA-MULHER-MÃE-UNIVERSITÁRIA:** o estar- sendo estudante na UFRGS. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CARVALHO, Cristina H. A. “Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado”. GT: Política de Educação Superior/ n. 11. Campinas. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT11-2337--Int.pdf>. Acesso em: 12 de nov. 2018.

COUTINHO, Ângela Maria Scalabrin. A ação social dos bebês: um estudo etnográfico no contexto da creche. 2010. Tese (Doutorado) – Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2010. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11336/1/tese.pdf>.

COUTINHO, Ângela Maria Scalabrin . Os bebês e a brincadeira: questões para pensar a docência. Da investigação às práticas, Lisboa, v. 4, n. 1, p. 31-43, 2014.

COUTINHO, Ângela Maria Scalabrin. O estudo das relações sociais dos bebês na creche: uma abordagem interdisciplinar. Zero-a-Seis, São Paulo, v. 11, n. 19, p. 17-25, 2009.

DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/Edunesp, 1997.

FAGUNDES, M.R. *A creche no trabalho... o trabalho na creche*: um estudo sobre o Centro de Convivência Infantil da Unicamp: trajetória e perspectivas. 1997. 179f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FERNANDES, Fabiana Silva; DOMINGUES, Juliana dos Reis. Educação infantil no estado de São Paulo: condições de atendimento e perfil das crianças. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 43, n. 1, p. 145-160, Mar. 2017 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022017000100145&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022017000100145&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 Nov. 2018.

FILHO, Manuel A. “Em decisão histórica, Unicamp aprova cotas étnico-raciais e Vestibular Indígena”. Jornal da Unicamp, Campinas, 21 de nov. 2017. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/11/22/em-decisao-historica-unicamp-aprova-cotas-etnico-raciais-e-vestibular>>. Acesso em: 12 de nov. 2018.

FOCHI, Paulo. Afinal, o que os bebês fazem no berçário? Porto Alegre: Penso, 2015.

GOTTLIEB, Alma. Para onde foram os bebês? Em busca de uma Antropologia de bebês (e de seus cuidadores). **Psicologia USP**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 313-336, sep. 2009. ISSN 1678-5177. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42002/45670>>. Acesso em: 14 dec. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642009000300002>.

HOLT, Louise. Exploring the emergence of the subject in power: infant geographies. Loughborough University, Loughborough, p. 646-663, 2012.

LAVIOLA, Elaine Cardia. O bebê, sua educação e cuidado em discursos de mães de camadas médias. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010

MACEDO, Elina Elias de. **Crianças pequenininhas e a luta de classes**. 2016. 135 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Ciências Sociais na Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/305021>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

MASON, M. A.; GOULDEN, M. Do babies matter? The effect of family formation on the lifelong careers of academic men and women. *Academe*, v. 88, n. 6, 2002, p. 21-27. 8 TABAK, F. O Laboratório de Pandora: Estudos sobre a Ciência no Feminino. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

MENEZES, Flávia M. “As lutas nas tramas da pesquisa: um salto para a institucionalidade das creches universitárias uspianas”. In: O COPEDI - VII Congresso Paulista de Educação Infantil III Simpósio Internacional de Educação Infantil. 4 a 7 de nov de 2015. São Carlos, SP. *Anais...* São Carlos: UFScar, 2015.

MENEZES, Rafael de Souza et al . Maternidade, trabalho e formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos. **Constr. psicopedag.**, São Paulo , v. 20, n. 21, p. 23-47, 2012 .

NEVES, Clarissa E. B. “Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão”. In: Preparado para apresentação no Congresso de 2012 da LASA (Associação de Estudos Latino Americanos). Rio Grande do sul, 2012. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1114.pdf>. Acesso em: 12 de nov. de 2018

NBR NOTÍCIAS. **Estudo revela alta na ocupação de mulheres no ensino médio e superior no país.** 05 de nov. de 2014. (03m.13s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9-PxrCfJwb4>. Acesso em: 12 de nov. de 2018

OLIVEIRA, Julia Tachikawa de. Trajetórias e caminhos: cartografias dos bebês (Texto para qualificação de dissertação de mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos-PPGE/UFSCar, São Carlos, 2015.

PARENT IN SCIENCE, I Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência - 10 e 11 de maio de 2018 Disponível em <<https://www.youtube.com/channel/UCOcDDXTn3SVkRBL3A0Kkfkq>> Acesso em: 11 de novembro de 2018.

PEREIRA, Fernanda Almeida. Ludicidade na constituição da profissionalidade de docentes de uma Creche Universitária: desafios e possibilidades. 177p. il. 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a "infância como um fenômeno social". **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 199-211, Apr. 2011.

RAUPP, Marilena Dandolini. Creches nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas. *Educ. Soc.* [online]. 2004, vol.25, n.86 [cited 2018-12-05], pp.197-217.

ROSA, Rosiane da et al. Mãe e filho: os primeiros laços de aproximação. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 105-112, Mar. 2010.

ROSEMBERG. A cidadania dos bebês e os direitos de pais e mães trabalhadoras. In: FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. (org.) Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Edições Leitura Crítica/Fundação Carlos Chagas/ Associação de Leitura do Brasil: Campinas, SP, 2015, p. 163-184.

ROSEMBERG, F. Educação formal, mulher e gênero no Brasil Contemporâneo. *Estudos feministas*. Ano 9. 2001.p.515 -540

SCHMITT, Rosinete Valdeci. O encontro com bebês e entre bebês: uma análise do entrelaçamento das relações. In: ROCHA, Eloisa; KRAMER, Sônia (Org.). Educação Infantil: enfoques em diálogo. Campinas: Papirus, 2013. p. 17-33.

SALVA, Sueli et al. Casa do Estudante Universitário:: jovens, mães/pais e suas crianças. Santa Maria: Editora Ufsm, 2017. 100 p.

SILVA, Priscila Palma da et al. A percepção das mães sobre o apoio paterno: influência na duração do aleitamento materno. *Rev. paul. pediatr.* [online]. 2012, vol.30, n.3 [cited 2017-11-29], pp.306-313.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creche! In: Finco, Daniela; Gobbi, Márcia Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Creche e Feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas- SP: Associação de Leitura do Brasil- ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2015, p. 21 a 33.

TEBET, Gabriela de Campos; ABRAMOWICZ, Anete. Estudos de bebês: linhas e perspectivas de um campo em construção. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 20, n. 4, p. 924-946, out. 2018.

URPIA, Ana Maria de Oliveira. **TORNAR-SE MÃE NO CONTEXTO ACADÊMICO: narrativas de um self participante**. 2009. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

URPIA, AMO., and SAMPAIO, SMR. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, SMR., org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 145-168.

Desenho da capa deste trabalho, disponível em :  
<<http://coral.ufsm.br/arco/sitenovo/?p=4431>> acesso em 5 dezembro de 2018

Dossiê das creches da USP, disponível em  
<<https://crechecentraluspcom.files.wordpress.com/2015/04/dossie12.pdf>> acesso 5 de dezembro de 2018

Estáticas de gênero no mercado de trabalho e a relação com o trabalho doméstico, disponível em : <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho>> acesso em 3 de dezembro de 2018